

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO PROFISSIONAL EM
ESTUDOS DE FRONTEIRA

CLARINE THAYS BARBOSA DA SILVA

DO OUTRO LADO DO BEIRADÃO: A FRONTEIRA ENTRE LARANJAL DO
JARI-AP E MONTE DOURADO-PA

MACAPÁ-AP
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO PROFISSIONAL EM
ESTUDOS DE FRONTEIRA

CLARINE THAYS BARBOSA DA SILVA

DO OUTRO LADO DO BEIRADÃO: A FRONTEIRA ENTRE LARANJAL DO
JARI-AP E MONTE DOURADO-PA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dra. Carmentilla das Chagas Martins.

MACAPÁ-AP
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

S586o Silva, Clarine Thays Barbosa da.

Do outro lado do Beiradão: a fronteira entre Laranjal do Jari-AP e Monte Dourado-PA / Clarine Thays Barbosa da Silva. - Macapá, 2025.

1 recurso eletrônico.

96 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira, Macapá, 2025.

Orientadora: Carmentilla das Chagas Martins.

Coorientador: .

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Projeto Jari. 2. Beiradão. 3. Fronteira entre o Amapá e Pará. I. Martins, Carmentilla das Chagas, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 330.9811

SILVA, Clarine Thays Barbosa da. **Do outro lado do Beiradão**: a fronteira entre Laranjal do Jari-AP e Monte Dourado-PA. Orientadora: Carmentilla das Chagas Martins. 2025. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Estudos de Fronteira. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2025.

CLARINE THAYS BARBOSA DA SILVA

**DO OUTRO LADO DO BEIRADÃO: A FRONTEIRA ENTRE LARANJAL DO
JARI- AP E MONTE DOURADO-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) como requisito final à obtenção do título de Mestre em Estudos de Fronteira.

Orientador: Prof.^a Dra. Carmentilla das Chagas Martins

Aprovado em: 27 de junho de 2025.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
CARMENTILLA DAS CHAGAS MARTINS
Data: 04/08/2025 19:18:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Carmentilla das Chagas Martins
Presidente (Orientadora)



Documento assinado digitalmente
LINARA OEIRAS ASSUNCAO
Data: 29/08/2025 07:49:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Linara Oeiras
Assunção Membro Interno
(PPGEF/UNIFAP)



Documento assinado digitalmente
MEIRE ADRIANA DA SILVA
Data: 06/08/2025 15:57:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Meire Adriana da Silva
Membro Externo (Universidade Federal do Amapá – UNIFAP)

MACAPÁ/AP
2025

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui é a realização de um sonho, que não seria possível sem a contribuição de várias pessoas que foram muito importantes para a concretização de mais essa etapa na minha vida. Primeiramente quero agradecer a mim, por ter persistido mesmo diante das dificuldades, por ter encontrado forças para continuar mesmo nas incertezas. Também agradeço a Deus e a Nossa Senhora por sempre abençoar meu caminho, especialmente ao colocar pessoas tão maravilhosas nele, que estiveram ao meu lado nessa jornada.

Agradeço ao meu marido, José Willian da Silva Feitosa, que além de ser colega de turma no mestrado também foi e é um grande amigo e companheiro. Sempre me motivando a não desistir, me ouvindo e aconselhando a cada passo desta pesquisa, agradeço por toda compreensão, paciência, parceria, cuidado e amor que tens por mim. O seu profundo e sincero apoio nos momentos mais difíceis me fizeram crescer e florescer.

À minha mãe, Annie Priscilla Martel Barbosa, que foi essencial para que eu chegasse até aqui. Mais que a vida, você me ensinou os valores que hoje eu carrego, me mostrou que não importa o quanto a vida nos derrube nós sempre poderemos recomeçar, me inspirou a seguir em frente e ir em busca dos meus sonhos. A você, que sob muito sol, fez-me chegar até aqui, na sombra.

A minha querida orientadora, Prof.^a Dra. Carmentilla das Chagas Martins, que orientou essa pesquisa com imensa dedicação e comprometimento, obrigado por ter acreditado e depositado sua confiança em mim e no meu trabalho, e por todo apoio desde a graduação até este momento. Ao longo desses anos você se tornou uma grande amiga, saiba que você tem toda minha admiração e respeito como pessoa e profissional.

Ao meu avô, Nelson Inajosa, e à minha avó, Miracy Martel Barbosa, foi durante as nossas conversas que surgiu o interesse em pesquisar sobre a fronteira entre Laranjal do Jari-AP e Monte Dourado-PA. Um lugar que fez parte da vida de vocês e que se tornou também parte da minha, pesquisar esse tema é registrar suas memórias e histórias, é mostrar que a Amazônia também é feita de “gente”. Vocês são uma parte fundamental deste trabalho.

Aos meus irmãos, Maria Isabel Barbosa Rodrigues e Heythor Leonam Martel de Souza, vocês são minha razão de viver e o amor de vocês me motiva a continuar lutando pelos meus sonhos. Ao meu melhor amigo, Vinícius de Sousa Bastos, sua luz não se

apagou ela permanece e continua brilhando em todos que lhe amam, obrigado por todas as conversas e risadas, pelos conselhos, pela amizade, amor e carinho. Você segue me inspirando, seja na minha vida pessoal ou na minha vida profissional, concluir esse mestrado e essa pesquisa também é por você!

Ao meu grupo de amigos, também pesquisadores, que caminharam junto comigo durante a construção desta dissertação, obrigado por tornarem tudo mais leve, por me apoiarem e contribuírem diversas vezes para o desenvolvimento da pesquisa.

As professoras que participaram da análise, discussão, qualificação e avaliação dessa dissertação e produto, como membros da banca: Prof.a Dra. Ana Cristina Rocha da Silva, Prof.a Dra. Linara Oeiras Assunção, Prof.a Dra. Meire Adriana da Silva e Dra. Carmentilla das Chagas Martins, muito obrigado.

RESUMO

A região amazônica foi e é palco de diversos encontros e desencontros que surgem desde a conquista portuguesa destas terras, e que formam fronteiras espaciais, sociais e culturais, as quais também atravessam o extrativismo do látex, da castanha e da celulose neste território. Com a Ditadura Militar (1964-1985) a Amazônia passou da tradicional percepção das clássicas obras que a retratam como um “Inferno Verde” para a moderna concepção de “El Dourado”, incentivando a instalação de grandes projetos econômicos e a efetiva ocupação da região por estrangeiros e migrantes. Desse modo, utilizando do mesmo método de Velho (2009), em comparação a Tese de Turner da “Marcha para o Oeste”, observa-se no Brasil do século XX um grande fluxo de migrações internas devido este incentivo, nesse contexto se encontra o Projeto Jari, o qual foi pensado nos moldes do discurso de desenvolvimento e integração do território brasileiro, durante uma ditadura que buscou assumir o comando de um processo de modernização e transformação da sociedade através do seu desenvolvimento capitalista, sendo a fronteira um locus importante para que se dê esse progresso. A partir destes aspectos, o presente trabalho tem como objetivo a análise da implantação desta política de desenvolvimento através do Projeto Jari, na fronteira entre o Amapá (Laranjal do Jari) e o Pará (Monte Dourado), para compreender os impactos socioeconômicos nas relações da população que viveram e vivem nesta fronteira. Considerando, que não houve preocupação com as comunidades existentes e nem com as mudanças que nasceriam das fronteiras, dos encontros e desencontros, das contradições e das diversidades de relações sociais marcadas por tempos históricos diversos e, simultaneamente, contemporâneos.

Palavras-chave: Projeto Jari; Beiradão; fronteira entre o Amapá e Pará.

ABSTRACT

The Amazon region has been and continues to be the scene of many encounters and disagreements that have arisen since the Portuguese conquest of these lands, and which have formed spatial, social and cultural boundaries, which also cross the extraction of latex, chestnut and cellulose in this territory. With the Military Dictatorship (1964-1985), the Amazon changed from the traditional perception of classic works that portray it as a “Green Hell” to the modern conception of “El Dourado”, encouraging the installation of large economic projects and the effective occupation of the region by foreigners and migrants. Thus, using the same method as Velho (2009), in comparison to Turner's Thesis of the “March to the West”, a large flow of internal migrations is observed in 20th century Brazil due to this incentive. In this context, we find the Jari Project, which was designed along the lines of the discourse of development and integration of the Brazilian territory, during a dictatorship that sought to take command of a process of modernization and transformation of society through its capitalist development, with the border being an important locus for this progress. Based on these aspects, this work aims to analyze the implementation of this development policy through the Jari Project, on the border between Amapá (Laranjal do Jari) and Pará (Monte Dourado), to understand the socioeconomic impacts on the relationships of the population that lived and lives on this border. Considering that there was no concern for the existing communities or for the changes that would arise from the borders, from the encounters and disagreements, from the contradictions and diversity of social relations marked by different historical and, simultaneously, contemporary times.

Keywords: Jari Project; Beiradão; border between Amapá and Pará.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAC	Associação de Mulheres Agroextrativistas do Cajari
ASTEX-CA	Associações de Trabalhadores Extrativistas do Cajari
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAEMI	Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
FEJARI	Fundação Educacional do Jari
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMAPA	Instituto Municipal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LTDA	Limitada
MEC	Ministério da Educação
MIDR	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
MTD	Monte Dourado
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDIFF	Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Amapá
PPGEF	Programa de Pós-graduação em Estudos de Fronteira
Prof. ^a	Professora
PROFID	Programa de Formação, Aperfeiçoamento, Qualificação Profissional e Idiomas

RURAP	Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá
SECRICOMEX	Secretaria de Relações Internacionais e Comércio Exterior do Estado do Amapá
SEED	Secretaria de Estado da Educação do Amapá
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TFA	Território Federal do Amapá
TI	Terra Indígena
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fronteira entre Amapá e Pará.....	23
Figura 2 – Livro 1A de Documentos da Empresa Jary Ltda.....	29
Figura 3 – Índice das posses de terras pertencentes a Jari LTDA.....	29
Figura 4 – Posse: Santo Antonio da Cachoeira.....	31
Figura 5 – Localização da Posse Santo Antonio da Cachoeira.....	31
Figura 6 – Castanha-do-Brasil.....	36
Figura 7 – Seringueira: a árvore da borracha.....	37
Figura 8 – Vista de Monte Dourado a partir da cidade de Laranjal do Jari.....	56
Figura 9 – As primeiras habitações de Monte Dourado.....	56
Figura 10 – Beiradão, Laranjal do Jari-AP.....	57
Figura 11 – As casas no Beiradão.....	58
Figura 12 – Beiradão na década de 1980.....	59
Figura 13 – Registro do encontro com a presidenta da AMAC, Elziane Souza.....	62
Figura 14 – Complexo Industrial do Projeto Jari vinda de navio do Japão.....	64
Figura 15 – Percurso da viagem da fábrica de celulose e da usina termoeletrica de Kure, no Japão, até o Porto de Munguba, Monte Dourado-PA.....	64
Figura 16 – Monte Dourado vista de cima – 1979/1980.....	65
Figura 17 – Transporte aéreo do Projeto Jari na década de 1980.....	66
Figura 18 – O supermercado em MTD.....	66
Figura 19 – A comunicação em MTD.....	67
Figura 20 – A identificação para uso dos espaços e serviços dentro da empresa.....	68
Figura 21 – A falta de infraestrutura no Beiradão.....	69
Figura 22 – O desmatamento da floresta nativa nos anos 1970.....	70
Figura 23 – Casas abandonadas em Monte Dourado.....	74

Figura 24 – Piscina do Clube Jariloca.....	75
Figura 25 – Hospital Estadual de Laranjal do Jari.....	77
Figura 26 – Exemplos de Infográficos para o ensino local.....	81
Figura 27 – Canva: Plataforma de Design Gráfico.....	82
Figura 28 – Primeiros habitantes da Amazônia.....	84

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Vale do Jari (AP e PA).....	21
Mapa 2 – Distrito de Monte Dourado – PA.....	22
Mapa 3 – Mapa do município de Laranjal do Jari-AP.....	24
Mapa 4 – Mapa do município de Laranjal do Jari-AP – Comunidades tradicionais e Unidades de Conservação.....	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Posses pertencentes a Jari LTDA.....	33
Tabela 2 – Evolução da população de Mazagão por distrito 1950/60/70.....	58
Tabela 3 – Entrevistados no Projeto PDIFF/AP na visita de campo em Laranjal do Jari (AP) e Monte Dourado (PA).....	60

NOTAS E CONVENÇÕES NO TEXTO

- 1) Todas as figuras identificadas como “Acervo digital pessoal” são da autora do trabalho.
- 2) Para a pesquisa foram utilizados documentos de terras do século XX, o que significa que muitas palavras já não se escrevem da mesma maneira nos dias de hoje, um exemplo é “Jary” que atualmente se escreve “Jari”. Portanto, algumas palavras do texto estão abreviadas ou escritas de acordo com a documentação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. A FORMAÇÃO DA FRONTEIRA ENTRE O AMAPÁ E O PARÁ.....	21
2.1. Monte Dourado.....	22
2.2. Laranjal do Jari.....	23
2.3. Formação da fronteira no Rio Jari.....	26
3. AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS COM A CHEGADA DO PROJETO JARI.....	40
3.1. Fronteira econômica.....	40
3.2. Fronteira identitária.....	45
3.3. A transição para o Projeto Jari.....	46
3.4. A política de modernização da Amazônia.....	50
3.5. O Projeto Jari.....	54
4. A FRONTEIRA NO RIO JARI E O ENSINO LOCAL.....	63
4.1. A fronteira no Rio Jari: uma conjuntura atual.....	63
4.2. O ensino local e a Lei 11.645/08.....	78
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
6. REFERÊNCIAS.....	89

1. INTRODUÇÃO

O município de Laranjal do Jari é uma cidade localizada ao norte da Amazônia Brasileira, mais precisamente ao sudoeste do Estado do Amapá. É o terceiro município mais populoso do Estado, com 35.114 habitantes, conforme as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022. O município foi criado oficialmente através do Decreto Nº 7.639, publicado em 17 de dezembro de 1987, que o desmembrou do município de Mazagão, com o qual faz fronteira junto aos municípios de Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Almeirim (Estado do Pará), e territórios internacionais como a Guiana Francesa e o Suriname.

Inicialmente, a ocupação as margens do Rio Jari se deram por pequenas comunidades locais disseminadas pela floresta que em sua maioria trabalhavam com o extrativismo, fosse do látex ou da castanha. Desde a vinda do cearense José Júlio de Andrade, em 1892, para esta região em pleno período de Boom do Ciclo da Borracha, a organização da atividade extrativista no Jari começou a se desenvolver em uma comercialização no estilo de uma empresa. E se manteve forte e presente ao longo das décadas, sendo o cearense considerado o maior comerciante da região do Jari e um dos maiores latifundiários do mundo daquela época, com propriedades nos municípios de Almeirim e Porto de Moz (no Estado do Pará) e Mazagão (Laranjal e Vitória do Jari no atual Estado do Amapá).

No entanto, Regina Ferreira (2008), constata que a intervenção de José Júlio não foi tão marcante quanto a do empresário norte americano Daniel Ludwig ao instalar o “Projeto Jari” no município de Almeirim-PA, criando Monte Dourado (MTD). Uma cidade projetada e construída para os funcionários da empresa Jari Celulose, com toda a infraestrutura baseada no padrão norte americano. A criação da empresa e da cidade também fortaleceu a fronteira demarcada pelo Rio Jari, acarretando mudanças sociais, com destaque para a formação de um pequeno núcleo urbano que, situado à margem esquerda do Rio Jari, passou a ser chamado de “Beiradão”, conforme Nascimento e Noronha (2018). Nesta época, a Vila do Beiradão crescia rapidamente, muitas pessoas eram dispensadas pela companhia e não dispunham de recursos nem para moradia, tampouco para retornar aos seus locais de origem.

Com isso, Nascimento e Noronha (2018) afirmam que a maioria dessas pessoas foi obrigada a viver às margens do rio, em palafitas, sem as mínimas condições de higiene e sobrevivência. O que fez o “Beiradão” e posteriormente Laranjal do Jari estar presente

no imaginário brasileiro e do mundo, na maioria das vezes de forma pejorativa, como um lugar violento, de prostituição, de falta de higiene e perigoso. Sendo isto, uma das consequências de uma política ditatorial, que gerou representações sobre este espaço denominado Amazônia, as quais foram difundidas e transmitidas pelo mundo.

Para Miranda (2018), a variedade de imaginários e (pré)conceitos sobre esta vasta porção do território sul-americano se transformam conforme o tempo, os objetivos daqueles que discursam e os planos que pretendem implantar por ali. Observamos isto com a Ditadura Militar (1964-1985), em que a Amazônia brasileira passou da tradicional percepção das clássicas obras que a retratam como um “Inferno Verde” para a moderna concepção de “El Dourado”, incentivando a instalação de grandes projetos econômicos e a efetiva ocupação da região por estrangeiros e migrantes, como o Projeto Jari.

Assim, se observa também que não há uma preocupação e praticamente inexistem estudos que busquem entender as relações de contato entre as populações na fronteira entre o Amapá e o Pará, em refletir sobre a fronteira transformada socialmente naquele espaço por empresas extrativistas e seus impactos nos modos de vidas destas pessoas. Sabendo disso, esta pesquisa estudou o tema de uma perspectiva pouco explorada, considerando que por muito tempo houve uma dificuldade em trazer alguma novidade para a literatura sobre a fronteira nesta parte da região amazônica, já que a maioria dos estudos sobre este recorte espacial/temporal, somente aborda estas populações como parte de uma política ditatorial que visa lucro e a ocupação destas terras por meio da implantação de projetos econômicos e de colonização, poucos são os trabalhos que se preocupam com a vida das pessoas e dos trabalhadores na Amazônia brasileira.

Para que isto pudesse ser feito, esta pesquisa começou a ser formulada durante minha graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) entre os anos de 2018 e 2023, onde atuei em projetos de extensão que me permitiram ter proximidade a diferentes arquivos institucionais e pessoais do Estado do Amapá. No desenrolar do trabalho o que mais me chamava atenção eram os documentos referentes ao município de Mazagão no século XX, uma região que pertencia ao Pará e passou em 1943 a compor o Território Federal do Amapá-TFA e só então em 1988 com a Constituição Federal se transformou no atual município do Estado do Amapá, um percurso marcado pelo extrativismo, seja o da borracha, da castanha ou da celulose.

Entre 2021 e 2022, participei de um projeto de extensão denominado “Salvaguarda do Acervo Documental e Memorial do Instituto Amapá Terras”, vinculado ao Programa de Formação, Aperfeiçoamento, Qualificação Profissional e Idiomas

(PROFID/UNIFAP). O projeto tinha o objetivo de higienizar, restaurar e digitalizar o acervo de obras raras do Instituto de Terras do Estado do Amapá – Amapá Terras. Por se tratar de um acervo fundiário, durante o trabalho encontrei um livro que contém os registros de terras do Vale do Jari, abrangendo desde o final do século XIX, durante o ciclo da borracha, até a última fase do Projeto Jari (1967-1982), com o extrativismo da celulose.

Além dos documentos encontrados no acervo fundiário, o interesse por esta pesquisa surgiu como uma forma de registrar a história e memória das pessoas que vivem e viveram no Vale do Jari, em especial os meus avôs. Com isso, ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Estado do Amapá (PPGEF/UNIFAP) em 2023, pude dar início a pesquisa. O componente curricular de Metodologia Científica, ministrada pela professora Dra. Carmentilla das Chagas Martins em conjunto com o Professor Dr. Gutemberg de Vilhena Silva, contribuiu com melhorias ao projeto apresentado no programa com ajustes que indicaram o enquadramento e alinhamento a seguir para o produto a ser produzido junto à dissertação.

Em 2023, ingressei como bolsista no projeto para a construção do Plano para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Amapá – PDIFF/AP, que trata do resultado dos diálogos entre a UNIFAP e a Secretaria de Relações Internacionais e Comércio Exterior do Estado do Amapá – SECRICOMEX, financiado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR (TED nº 942134/2023). O objetivo era a realização do diagnóstico dos municípios da faixa de fronteira do Estado do Amapá, visando estruturar ações para o desenvolvimento de atividades voltadas à melhoria da qualidade de vida e ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Com o projeto, através das viagens de campo para o município de Laranjal do Jari-AP e o distrito de Monte Dourado-PA, realizei entrevistas livres com um grupo de pessoas dos dois lados da fronteira. Sendo o tema das perguntas a situação socioeconômica da cidade de Laranjal, durante as entrevistas os relatos recorrentemente se voltavam para a imagem que se tem do “Beiradão” e das pessoas que viveram e vivem naquela região, sempre colocadas como sujeitos marginalizados que residem em zonas periféricas em condições precárias e que dependiam do distrito de MTD, como resultado das ações da empresa Jari a população ficou distante do considerado “desenvolvimento”.

Em decorrência disto o Beiradão se tornou conhecido como a maior favela fluvial do mundo, além dos altos índices de prostituição, já foi considerada uma das mais pobres

e violentas populações brasileiras. No entanto, esta representação não condiz mais com a realidade apresentada pelos entrevistados, que atualmente não desejam que esta seja a única associação que se faça da população laranjalense. Um desejo que deveria ser assegurado pela Secretaria de Estado da Educação do Amapá – SEED/AP através da oferta da disciplina de Estudos Amapaenses e Amazônicos na Educação Básica.

Atualmente esta disciplina não faz parte do currículo amapaense, no entanto, já houve um período que esteve presente no Ensino Fundamental II. Dentre os conteúdos que foram trabalhados no 8º ano, estava o estudo sobre “Os Grandes Projetos Econômicos Amazônicos e Amapaenses”, em que o Projeto Jari se incluía.

Considerando a importância de valorizar o conhecimento e a cultura amazônica no ensino de jovens amapaenses e para a desconstrução de estereótipos que põem a história de Laranjal do Jari constantemente às margens do “Grande Projeto Econômico”, se faz necessário o retorno dessa disciplina e o investimento em materiais didáticos que deem conta da demanda local.

No cotidiano das salas de aula, enquanto professora de História da rede pública do Amapá, percebo a necessidade de incluir outras perspectivas sobre a história local do Sul do Estado. Principalmente, visando atender a lei 11.645/08 que regulamenta a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todos os níveis de ensino.

Por muito tempo, não houve preocupação com as sociedades que já viviam nesta região e nem com as mudanças que nasceriam das fronteiras, dos encontros e desencontros, das contradições e das diversidades de relações sociais marcadas por tempos históricos diversos e, simultaneamente, contemporâneos. Ao estudar as fronteiras na região amazônica, em especial entre Amapá e Pará, é preciso considerar as realidades sociais e culturais, modos singulares de organização da vida social, de definição dos valores e das orientações sociais que se fazem presente nas fronteiras e que mudam a partir delas (Martins, 1996, p. 29).

Para além disso, trabalhar com diferentes perspectivas da fronteira demarcada pelo Rio Jari trará significativas contribuições para o ensino local, pensando nisso, trago como proposta o uso de infográficos como materiais didáticos para o uso na área das ciências humanas, voltados para a Educação Básica do Amapá. Para analisar e compreender as diversas realidades que moldaram o Vale do Jari foi necessário responder a seguinte questão: como se estabeleceram as transformações nas relações socioeconômicas na fronteira entre Laranjal do Jari (Amapá) e Monte Dourado (Distrito

de Almeirim-Pará), após a presença da empresa extrativista Jari Celulose. A partir das fontes documentais e orais foi possível analisar o processo de formação da fronteira entre o Amapá e o Pará, descrever os aspectos sociais e econômicos antes e depois da empresa Jari Celulose, e compreender a dinâmica das relações existentes “do outro lado do Beiradão”, entre os moradores de Laranjal do Jari e Monte Dourado.

Sabendo que ao falar dessa fronteira, é preciso levar em conta o modo de vida das pessoas que vivem neste espaço, o que as separa e o que as aproxima. As fontes usadas para responder as questões que nortearam a pesquisa foram, principalmente, registros de documentos de terras e entrevistas com moradores de Laranjal do Jari e Monte Dourado, realizadas através do projeto PDIFF/AP, por meio da História Oral. Após a escolha dos entrevistados, através da história oral temática foi possível direcionar o diálogo para aspectos socioeconômicos e da vida cotidiana na fronteira entre Laranjal do Jari-AP e Monte Dourado-PA atualmente.

O que irá permitir construir comparações e perceber mudanças entre o momento em que a empresa está atuante naquela região e os dias atuais sem a forte presença dela. Além de possibilitar a identificação das identidades, mentalidades e representações sociais que se formaram ao longo do tempo naquele espaço, tudo isso contribui para a construção de uma memória coletiva e para responder os questionamentos levantados neste projeto de pesquisa.

Estes registros orais e escritos foram fundamentais para identificar quem são as pessoas que vivem nessa fronteira entre Amapá e Pará e compreender as relações de encontro e desencontros em que estão envolvidas diariamente. Além disso, foram importantes para estabelecer a relação entre o processo de aquisição das terras que passou a pertencer na segunda metade do século XX a empresa extrativista “Jari Celulose” e de intensificação da fronteira marcada pelo Rio Jari e as mudanças sociais e econômicas a que ela conduz.

Para a realização da pesquisa frente a estas questões, foi feito inicialmente um levantamento dos registros de títulos de documentos, registros de posse de terras e licenças de ocupação referentes as terras localizadas onde atualmente é o município de Laranjal do Jari-AP e Almeirim-PA, a partir de 1943 com a criação do Território Federal do Amapá – TFA, quando a fronteira entre é estabelecida, até a segunda metade do século XX, quando os municípios passam a pertencer aos dois Estados do Norte do Brasil. Após o levantamento, realizei uma análise desta documentação por meio dos métodos da

História Serial, fazendo uma leitura da realidade socioeconômica através da série que foi construída em função das questões aqui levantadas.

Identificando também elementos e ocorrências comuns que permitiram a constatação de regularidades, variações, mudanças tendenciais e discrepâncias reveladoras. Desse modo, foi possível determinar o padrão seguido por José Júlio de Andrade para adquirir as terras da região estudada, quais funções e divisões foram dadas a elas, como elas foram divididas até formar a fronteira entre o Amapá e o Pará, e como os aspectos da vida socioeconômica daquela sociedade transformam e são transformadas por estas mudanças ao longo do tempo.

Por fim, este trabalho está estruturado da seguinte forma: introdução, capítulos e considerações finais. O Capítulo I, intitulado: A formação da fronteira entre o Amapá e o Pará, discorre sobre o processo que levou ao estabelecimento de uma fronteira física e social entre os Estados do Amapá e Pará, descrevendo este espaço antes da chegada do Projeto Jari. Para isso, utilizo a documentação aqui já mencionada e destaco também a importância do extrativismo para a formação dessa região.

Na sequência, no Capítulo II, denominado: As transformações socioeconômicas com a chegada do Projeto Jari, é introduzido uma discussão a respeito das mudanças que surgiram com o estabelecimento da empresa “Jari Celulose” no Vale do Jari, a partir da análise das fontes e do discurso e política ditatorial que promovia a implantação de projetos econômicos e de colonização destas terras, visando o lucro e a ocupação sem se preocupar com a vida das pessoas e dos trabalhadores na Amazônia brasileira. Contribuindo assim, para o entendimento de uma parte das diversas formas que a Amazônia pode assumir em seu vasto território, ao longo do tempo.

A partir dessas abordagens, o Capítulo III: A fronteira no Rio Jari e o Ensino Local, realiza uma análise da configuração atual da fronteira entre os dois estados nortistas, abordando as permanências e as transformações deste espaço, no âmbito social e econômico. Revelando as dinâmicas que se sucederam após a implementação da empresa na região amazônica e discorrendo sobre o uso de infográficos como material didático no ensino local de Laranjal do Jari-AP.

2. A FORMAÇÃO DA FRONTEIRA ENTRE O AMAPÁ E O PARÁ

Este capítulo tem como objetivo analisar o processo de formação da fronteira entre o Amapá e o Pará, destacando a configuração socioeconômica da região antes da chegada do Projeto Jari. À vista disso, este capítulo visa o estudo da fronteira entre os Estados do Amapá e Pará, localizada na região do Vale do Jari, que compreende os municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari (AP) e o Distrito de Monte Dourado, Município de Almeirim (PA), conforme Mapa 1.

Os dois estados são separados pelo Rio Jari, com aproximadamente 200m de largura, segundo Lobato (2017) Jari é uma variação da palavra indígena *airi*, que significa "rio da castanha", este rio é afluente na margem esquerda do Rio Amazonas, o Vale do Jari apresenta uma área contínua com as mesmas características de clima e vegetação, no trabalho será estudado mais especificamente o município de Laranjal do Jari e o distrito de Monte Dourado.

Mapa 1 – Vale do Jari (AP e PA).



Fonte: Mauro Fadul (GSGEO/ADEPARA).

Para entender como se deu o estabelecimento dessa fronteira é necessário inicialmente conhecer a localização geográfica dos lugares acima mencionados e que aqui serão estudados, em seguida é preciso apresentar a primeira divisão realizada nas terras que constituem o Vale do Jari, que ocorre a partir da criação do Território Federal do Amapá, em 1943.

2.1. Monte Dourado

Localizado no Baixo Amazonas, o município de Almeirim foi elevado à categoria de município por Decreto Estadual Nº 16, de 24 de novembro de 1930, desmembrado de Monte Alegre. Embora criado em 1967, apenas em 02 de maio de 1983 pela Lei Estadual Nº 5075, é registrada a criação do distrito de Monte Dourado e anexado ao município de Almeirim. Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 2 distritos: Arumanduba e Monte Dourado. O último que aqui nos interessa localiza-se na região Norte do Estado do Pará, na divisa com o Estado do Amapá, separada apenas pelo Rio Jari da cidade amapaense de Laranjal do Jari, conforme se observa no Mapa 2 e na Figura 1, o distrito fica distante cerca de 73 km da sede do município de Almeirim.

Mapa 2 – Distrito de Monte Dourado - PA



Fonte: OEstadoNet, 2014.

Figura 1 – Fronteira entre Amapá e Pará



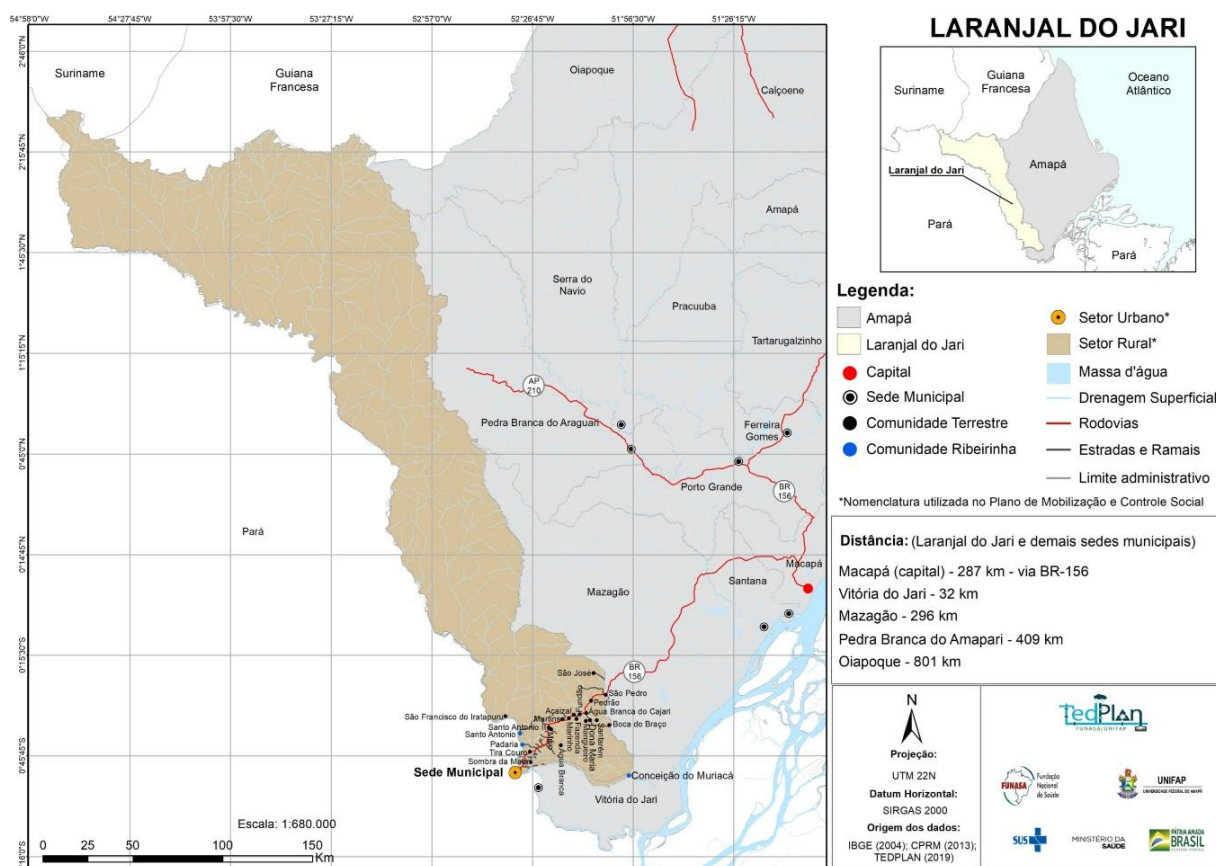
Fonte: Heider Torres, 2009.

Na figura 1 ao lado esquerdo do Rio Jari encontra-se Monte Dourado-PA e do lado direito podemos observar o município de Laranjal do Jari-AP. A cidade de Monte Dourado foi planejada e construída para os funcionários que trabalhavam na empresa Jari Celulose, que tinha toda a sua infraestrutura baseada no padrão urbano estadunidense, a cidade foi criada em conjunto com a instalação do Projeto Jari no município de Almeirim-PA, pelo empresário norte americano Daniel Keith Ludwig.

2.2. Laranjal do Jari

O município de Laranjal do Jari é uma cidade localizada ao norte da Amazônia Brasileira, mais precisamente ao sudoeste do Estado do Amapá. É o terceiro município mais populoso do Estado, com 35.114 habitantes, conforme as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022. O município foi criado oficialmente através do Decreto Nº 7.639, publicado em 17 de dezembro de 1987, que o desmembrou do município de Mazagão, com o qual faz fronteira junto aos municípios de Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Almeirim (Estado do Pará), e territórios internacionais como a Guiana Francesa e o Suriname. Conforme Mapa 3 abaixo.

Mapa 3 – Mapa do município de Laranjal do Jari-AP



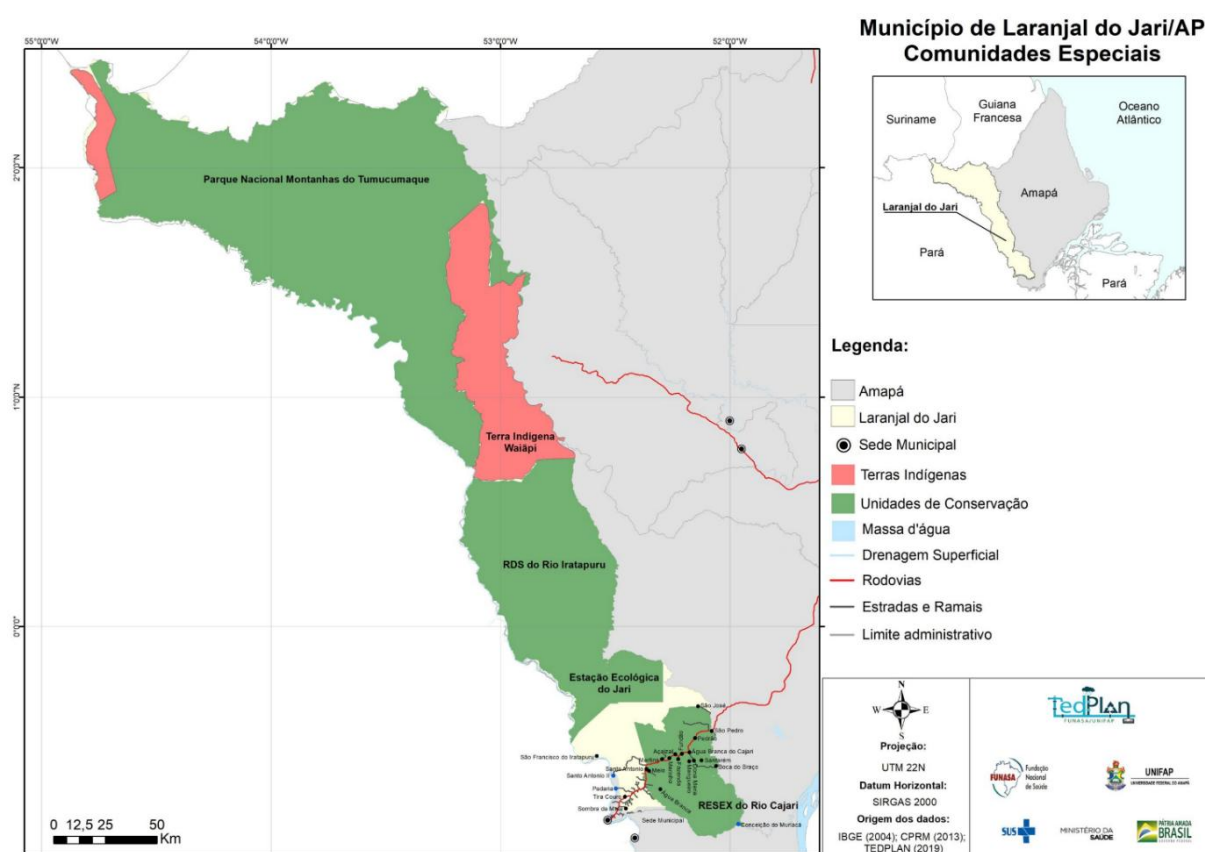
Fonte: Equipe de Geoprocessamento do Projeto TEDPlan (2019)

Sua divisão territorial, segundo o Projeto TEDPlan (2019), contempla dois distritos: a sede do município e Água Branca do Cajari. Além dos distritos, existem 53 comunidades rurais, que se estendem pelas regiões ribeirinhas (dez) – àquelas acessadas por rios - Rio Jari, Cajari, Muriacá, Arapiranga – e terrestre (quarenta e três) – àquelas que tem seus acessos via rodovias - BR-156 e ramais. Foi possível verificar, também, que o município é rico em uma diversidade de povos e comunidades tradicionais, com destaque para população indígena, quilombola, ribeirinha e extrativista.

Segundo Oliveira (2022), os grupos que habitavam a região sul do Amapá inicialmente podem ser identificados no mapa etno-histórico elaborado por Curt Nimuendajú. De acordo com a autora (apud Filocreão, 2014), o mapa demonstra que de 1698 a 1937, o sul do Amapá, especificamente no Baixo, Médio e Alto Jari era habitado pelos povos indígenas Menejou (Wayampi e Tomokom), Wayampi e Apariri. Atualmente, o município apresenta em sua territorialidade duas Terras Indígenas, cujo povo indígena Wajãpi está na TI Wajãpi no Amapá, e os povos Tiriýó, Katxuyana, Aparai e Wayana vivem no Parque Indígena do Tumucumaque que abrange o Amapá e o Norte do Pará.

Também apresenta comunidades quilombolas, São José, e extrativistas, Água Branca do Cajari, Padaria, Retiro, Santo Antônio da Cachoeira, São Francisco do Iratapuru, São José. É relevante destacar que a territorialidade do Município de Laranjal do Jari é composta, além do distrito sede, do distrito de Água Branca do Cajari, de comunidades rurais e ribeirinhas, de Terras Indígenas, por Unidades de Conservação, são elas: Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Estação Ecológica do Jari, Reserva Extrativista do Rio Cajari e Reserva de Desenvolvimento do Rio Iratapuru. Conforme se observa no Mapa 4.

Mapa 4 – Mapa do município de Laranjal do Jari-AP – Comunidades tradicionais e Unidades de Conservação



Fonte: Equipe de Geoprocessamento do Projeto TEDPlan (2019)

Uma das mais importantes especificidades do Município de Laranjal do Jari é sua extensão e diversidades de recursos naturais. Localizado no Vale do Jari, último grande afluente da margem esquerda do Rio Amazonas. É o único município do Amapá que faz fronteira internacional com duas nações, Suriname e Departamento da Guiana Francesa – França; e com o Estado do Pará, além de apresentar grande percentual de seu território sob proteção legal, pois abriga partes de quatro Unidades de Conservação e partes de duas

Terras Indígenas, como já mencionado e observado no Mapa 3 e 4. Suas especificidades tornam necessário ao município de Laranjal do Jari especial atenção pelos poderes públicos das três esferas de governo.

2.3. Formação da fronteira no Rio Jari

Desde o período colonial as atividades produtivas na região do Vale do Jari nascem da exploração e exportação das “drogas do sertão” e depois do extrativismo da borracha e da castanha-do-brasil, e apesar do interesse de diferentes países estrangeiros pelo espaço amazônico desde esta época, a maior movimentação econômica nessa região só se instaura com o “boom” da borracha, que caracteriza o auge do ciclo da borracha ocorrido entre o período de 1880 a 1910. A grande demanda do mercado internacional pelo produto fez com que sua produção se estabelecesse como atividade econômica na região amazônica, visto a abundância da árvore na qual é extraído o látex na região, o que resultou na vinda de milhares de trabalhadores para a Amazônia.

Segundo Emmanuel Santos (2010), no atual Estado do Amapá, esta dinâmica populacional e econômica só ocorreu, de fato, com a constituição do Território Federal do Amapá, em 1943, por meio do Decreto Federal 5.812, de 13 de setembro, que pode ser evidenciado a partir da elevação da população da cidade de Macapá, a qual de acordo com o autor em 1940 era de apenas 1.012 habitantes, e que em 1950 passou a ser de 10.094 habitantes. O Território foi constituído pelas terras adquiridas com o resultado positivo ao Brasil do Laudo Suíço de 1901, em relação ao contestado sobre o limite da fronteira entre Brasil e França (Guiana Francesa), sendo parte do território do município paraense de Almeirim e a totalidade dos territórios dos municípios que até então pertenciam ao Grão-Pará: Mazagão, Macapá e Amapá. Vale destacar que o atual município de Laranjal do Jari era distrito de Mazagão nesta época.

As transformação das regiões em Territórios Federais ao longo da primeira metade do século XX na Amazônia estava pautada, conforme Santos (2010) e Porto (2003), na mudança destas sub-regiões fronteiriças internacionais caracterizadas pela baixa densidade demográfica com isolamento geográfico e pela precária infraestrutura, para servirem aos objetivos de proteção para as regiões fronteiriças consideradas como grandes “vazios demográficos”, além de serem utilizadas para a garantia da presença do governo em regiões afastadas através da criação de condições jurídicas e econômicas como mecanismo de reorganizar essas porções do espaço brasileiro.

Desse modo, com a criação do Território Federal do Amapá em 1943, este passou a integrar esta política governamental e receber a ação de “modernização” sobre o seu território através de políticas públicas mais efetivas de ocupação, defesa e integração por meio do desenvolvimento de grandes projetos, que ao selecionarem suas áreas de interesse político e econômico passaram a dotá-las de infraestruturas básicas e complementares, conforme Santos (2010). Com isso, toda infraestrutura implantada no Amapá neste período se tornou essencial para direcionar o processo de urbanização, ocupação populacional e de configuração territorial deste espaço.

Esse processo de estruturação de uma fronteira física e de urbanização, implementado pelo Estado, pode ser observado ao analisarmos os registros de títulos de documentos, registros de posse de terras e licenças de ocupação referentes as terras localizadas onde atualmente é o município de Laranjal do Jari-AP e Almeirim-PA. Estes registros de terras são documentos que transferem a propriedade de um imóvel rural ou urbano para o cidadão de forma definitiva, há neles diversas informações sobre a vida social e a negociação das partes interessadas na propriedade.

Os documentos de terras que foram utilizados nesta pesquisa estão recolhidos no Acervo Fundiário do Instituto de Terras do Estado do Amapá, foram digitalizados durante um projeto de extensão intitulado “Salvaguarda do Acervo Documental e Memorial do Instituto Amapá Terras”, vinculado ao PROFID/UNIFAP, em 2022, e atualmente o arquivo digital se encontra em meu acervo pessoal, há também o acervo digitalizado com a instituição. Como método de análise desta documentação utilizou-se a História Serial. Em que, após fazer um levantamento das informações contidas na fonte, estas foram colocadas em séries, que possibilitou a realização de uma leitura da realidade socioeconômica do Vale do Jari antes da presença da empresa Jari Celulose nesse espaço.

É importante mencionar que, de acordo com José D'Assunção Barros (2011), a História Serial refere-se ao uso de um determinado tipo de fontes, que podem ser: homogêneas, do mesmo tipo, referentes a um período coerente com o problema a ser examinado, e que permitem uma determinada forma de tratamento, como a serialização de dados, a identificação de elementos ou ocorrências comuns que permitam a identificação de um padrão e, por outro lado, também possibilite constatar as diferenças, às vezes graduais, para se medirem as variações. Vale ressaltar que o principal ao analisar as fontes através desta metodologia não diz respeito a quantidade de documentos ou ao número de dados reunidos, mas sim a busca por padrões recorrentes e variações ao longo de uma série.

Visto que ao empreender um levantamento quantitativo de dados, o pesquisador deve tomar o cuidado para não realizar uma história meramente descritiva de informações numéricas, sejam estas relativas à população ou à economia, por exemplo. Se o seu trabalho se resumir a uma exposição de quantidades, poderá ser caracterizado meramente como um trabalho descritivo e não problematizado.

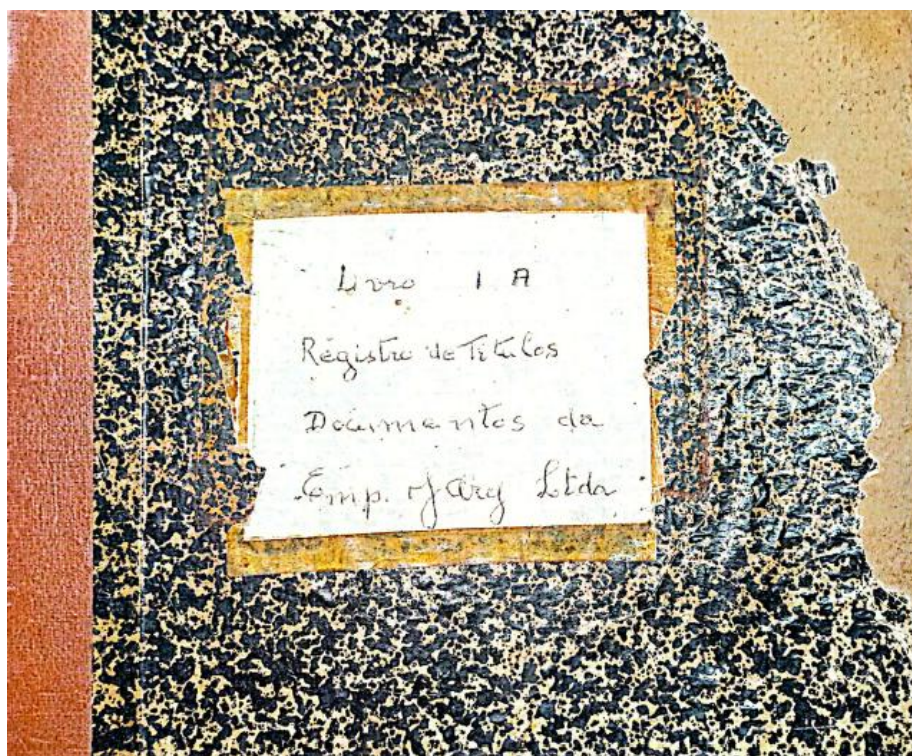
Embora, existam pesquisas com a finalidade de apenas descrever os dados sem problematizá-los, este não é o caso do presente trabalho. No qual se colocou os documentos de terras em séries, analisando-os na busca por padrões e mudanças sociais, econômicas, históricas e geográficas desde 1943 com a criação do TFA até a implementação da empresa Jari, para a partir disso realizar uma reflexão problematizada sobre a fronteira e a sociedade de Monte Dourado-PA e Laranjal do Jari-AP

A História Serial surge na segunda geração dos Annales, para Barros (2020) o movimento traz a primeiro plano, em uma de suas duas principais correntes, o “número”, a “quantificação”, a “serialização”. Com os historiadores econômicos e demográficos, portanto, este campo metodológico explorado pelos analistas abriu-se mais significativamente para a incorporação de métodos que buscam apreender através de grandes séries de dados ou informações a repetição, mas também a variação, a tendência.

Desse modo, com o intuito de identificar regularidades, variações, mudanças tendenciais e discrepâncias reveladoras, esta metodologia possibilitou determinar o padrão seguido por José Júlio de Andrade para adquirir as terras da região estudada, quais funções e divisões foram dadas a elas, como elas foram divididas até formar a fronteira entre o Amapá e o Pará, e como os aspectos da vida socioeconômica daquela sociedade transformam e são transformadas por estas mudanças ao longo do tempo.

Assim, o documento analisado é um livro classificado como “Documentos da Emp. Jary Ltda”, conforme a Figura 2. O livro compreende registros de mais de vinte e quatro (24) sortes de terras, neste capítulo apenas quatorze (14) foram colocadas em série, estas podem ser observadas no índice presente na Figura 3.

Figura 2 – Livro 1A de Documentos da Empresa Jary Ltda.



Fonte: Acervo digital pessoal, 2022.

Figura 3 – Índice das posses de terras pertencentes a Jari LTDA.

ÍNDICE DAS POSSES DE TERRAS PERTENCENTES À EMPRESA DE NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO JARÍ LTDA. MUNICÍPIO DE MAZAGÃO.		
Nº	NOME DAS POSSES	Nº DA FÔLHA
1	SANTO ANTONIO DA CACHOEIRA	1 a 8
2	PORTO SALVO	8 a 10v - 16v. 24v.
3	SERRA QUEIMADA	10v. a 13
4	TERRA PRETA	13 a 16v.
5	CAPINAL	24v. a 37
6	PARAGUAI	37v. a 38
7	ARURÚ	38v a 41v.
8	GAVIÃO	41v. a 43v.
9	JAUARÁ-CURÚ	43v. a 46
10	STO. ANTONIO DOS ARUANS	
	BÔA VISTA E MONGUBA	46 a 53v.
11	MUCURA E LARANJA	53v. a 64v.
12	CUEIRAS - MONGUBA - UNIÃO - SOLDADO	
	E SANTO ANTONIO, AO RIO CAJARI	64v a 76v.
13	VARZEA GRANDE - ABACATE - S/DENOMINAÇÃO (3)	
	E PIMENTAL	76v a 85
14	PENDENCIA - INDEPENDÊNCIA - A TURIA -	
	FAZENDINHA - TIMBÓ - BUÇÚ E BOCA DO BRAÇO	85 a 116

Fonte: Acervo digital pessoal, 2022.

Os registros dessas terras foram solicitados pela “Empresa de Navegação e Comércio Jari Limitada” em 1950, através de seu procurador Hildemar Pimentel Maia. O objetivo era garantir o direito a legitimação dessas propriedades, cadastrando-as na Divisão de Terras e Colonização do TFA. Para realizar este cadastro era necessário comprovar a posse das terras, para isso é fundamental apresentar documentos que demonstrem a ocupação da propriedade de forma contínua, pacífica e pública. Assim, o livro é uma transcrição de diversas documentações que afirmavam a legitimidade da posse desde o primeiro proprietário, incluindo procurações, escritura de doação por causa mortis, escritura de compra e venda, carta de adjudicação, entre outros.

Diante disso, constata-se que este cadastro é um reflexo da política governamental do período, que estabeleceu um limite físico entre o Território Federal do Amapá e o Pará. Portanto, as terras do Vale do Jari que antes pertenciam a um único Estado, passam nesse momento por uma divisão e a “Empresa Jary Limitada” precisou se adaptar as mudanças estipuladas registrando as terras que estavam nesse limite, ainda que as dinâmicas sociais e econômicas não tivessem sofrido qualquer alteração.

Para se adequar a este cenário, a empresa realizou o registro das propriedades tanto no Território Federal do Amapá no município de Mazagão, onde o livro foi produzido, quanto no Estado do Pará no município de Almeirim. Isso ocorreu, principalmente, devido a maioria das terras estarem localizadas nos dois lados da fronteira. É o caso da posse denominada “Santo Antonio da Cachoeira ou Cachoeira”, em que parte das terras que compõe essa propriedade estão na margem esquerda do Rio Jari e a outra parte na margem direita, conforme podemos observar na Figura 4 e 5.

Figura 4 – Posse: Santo Antonio da Cachoeira.

as seguintes indicações e limites: - As terras que constituem a propriedade "Sto. Antonio da Cachoeira", são próprias para as indústrias agrícola e extrativa da borracha e da castanha e compreendem as posses: - "Santo Antonio da Cachoeira", "Padaria da Cachoeira", "São João do Iratapuru", "Centro do Uxi" e "Centro da Cachoeira", situadas à margem esquerda do Rio Jari; "São Militão", "Maria Braga" e "Itacará", à margem direita abrangendo as ilhas: "Raza", "Aprigio", "Honorate", .. "Maria do Miranda", "Do Abreu"; "Amancio", "Cajueiro", "Serafim", "Cacuanema", "Zeca Paiva", "Manoel Aurelio", o arquipélago do "Manoel Carlos" e as ilhas que formam a "Cachoeira de Santo Antonio". A medição e demarcação foi efetuada em dois

Fonte: Acervo digital pessoal, 2022.

Figura 5 – Localização da Posse Santo Antonio da Cachoeira

"Santo Antonio da Cachoeira" fica situada uma parte neste Território à margem esquerda do Rio Jari, Município de Mazagão na extensão de duzentos e noventa e cinco mil setecentos e quatorze hectares, vinte e cinco ares e trinta e sete centiares 295.714H-25A-37C), ficando a outra parte situada à margem direita do Rio Jari, Município de Almeirim, Estado do Pará. O

Fonte: Acervo digital pessoal, 2022.

Além disso, a partir da série estabelecida com os documentos, a mobilidade presente no Vale do Jari é revelada. Os grupos de pessoas envolvidas nas negociações das terras que se deslocam ora para o cartório de Mazagão, ora para o cartório de Almeirim, fazem isto durante toda a primeira metade do século XX. Demonstrando que mesmo quando o Estado instaura uma fronteira, o limite estabelecido não é a única linha imaginária que há, pois a presença do Estado por meio de infraestrutura e instituições

públicas também é utópico. Considerando que a população a margem dos rios Jari, Cajari ou Amazonas precisavam se locomover para atender diferentes necessidades.

Ademais, não é possível falar dessa fronteira no sul do Amapá, sem falar de extrativismo, mais precisamente das comunidades extrativistas que são fundamentais na formação deste espaço. Desde o século XX até os dias de hoje, a região do Vale do Jari é habitada por comunidades que vivem da extração da castanha, seja para sua própria subsistência ou para a comercialização. No entanto, o processo de ocupação desse espaço também envolveu a “indústria agro-extrativista da borracha”, como é descrita nos documentos aqui analisados.

Assim, conforme Zenaide Oliveira (2022), em toda Amazônia aconteceram processos de ocupação de terras por meio de estruturas irregulares de grilagem, nas quais grandes empresas e latifundiários encontravam condições favoráveis para a concentração garantida da posse de terras. Um exemplo disto, é o José Júlio de Andrade, apresentado nos registros em diferentes momentos como coronel, capitalista, senador, comerciante. Que vem para esta região em 1892, atraído pelo ciclo da borracha, e que segundo a autora foi um migrante que trabalhou primeiramente como “seringueiro e coletor de castanha” antes de se tornar um importante político e ficar conhecido como coronel José Júlio.

A relação dele com o território era integralmente econômico, de acordo com a autora, se apropriava das terras utilizando a mão de obra da população local, em trabalhos compulsórios em que também era empregado o uso da violência. A partir da vinda do José Júlio, a organização da atividade extrativista no Jari começou a se desenvolver em uma comercialização no estilo de uma empresa. Ao estabelecer seu domínio no sul do Amapá, ficou conhecido pelo uso da força para controlar a terra e pela intensa exploração dos trabalhadores locais (Lins, 1991).

Isto posto, por meio dos registros de terras em série, presentes na Tabela 1, foi possível identificar que o coronel José Júlio era proprietário das terras e que também as mantinha em posse das diversas empresas e firmas que ele administrava e possuía. Como a Jari Ltda que depois se tornou a Empresa de Navegação e Comércio Jari Limitada, bem como a Firma Martins, Andrade & Companhia; Andrade Ramos & Cia. Limitada; José Júlio de Andrade & Irmão; Irmãos e Martins; entre outras. Apesar de serem diferentes firmas, chegando a inclusive a serem compostas por variadas sociedades, todas as empresas pertenciam ou passaram a pertencer ao coronel, tendo sedes dois lados da fronteira – tanto em Mazagão quanto em Almeirim. Estas eram voltadas para exploração de seringueiras.

Tabela 1 – Posses pertencentes a Jari LTDA.

Nome das Posses	Ano de Registro	Localização	Descrição das Terras
Santo Antonio Da Cachoeira	1937 -1950	Compreende as duas margens do Rio Jari, englobando várias ilhas.	Terras próprias para as indústrias agrícola e extrativista da borracha e da castanha.
Porto Salvo	1948	Compreende as duas margens do Rio Jari, abarcando o TFA e Almeirim.	Contém seringais, castanhais, barracão e benfeitorias.
Serra Queimada	1949	Fica na margem esquerda do Rio Jari, em Almeirim, também engloba algumas ilhas.	Contém dez estradas de seringueiras, plantações frutíferas, duas casas de madeira real, cobertas de palha, barracões, barracas, trapiches e arvores frutíferas.
Terra Preta	1948	Fica na margem esquerda do Rio Jari, em Almeirim.	As terras são próprias para a extração da goma elástica, tem um barracão coberto de palhas e construído de madeira real, com seis estradas com seiscentos pés de seringueiras, mangueiras, cuieiras, laranjeiras, etc. Mil pés de cafeeiros, cento e vinte pés de laranjeiras e outras arvores frutíferas, com uma barraca coberta de palhas e tapada de jupatí, contendo uma sala, um corredor, um quarto, um copiar e uma cosinha, tudo construído de madeira real, tendo dito barracão na frente uma porta e duas janelas.
Capinal	Não havia informação no documento.	Fica na margem esquerda do Rio Jari, em Almeirim.	Não havia informação no documento
Paraguai	1910	Fica na margem esquerda do Rio Jari, em Almeirim.	Não havia informação no documento.
Arurú	1910	Fica na margem esquerda do Rio Jari, em Almeirim.	Terras com seringais

Gavião	1948-1950	Compreende as duas margens do Rio Jari, abarcando o TFA e Almeirim.	Contém seringais, barracões e mais benfeitorias.
Jauará-Curú	1946	Fica na margem esquerda do Rio Jari, em Almeirim.	Contém seringais barracões e mais benfeitorias.
Sto. Antonio Dos Aruans Boa Vista (Rio Amazonas) E Monguba (Rio Cajari)	1946	Todas as posses localizadas em Almeirim-PA.	Contém barracões para estabelecimento comercial, pontes e mais pertences, junto com benfeitorias.
Mucura do Cajari	1948	No Igarapé Mucura, margem esquerda Rio Cajari, em Mazagão – TFA.	Com seringais, barraca denominada Laranjal e aplicado a indústria extrativista.
Cuieiras – Monguba – União – Soldado E Santo Antonio (Rio Cajari)	1947	Todas localizadas no Rio Cajari, em Mazagão – TFA.	Cuieiras - 3 estradas de seringueiras; Soldado –uma e meia estrada de seringueiras; Santo Antonio - 6 estradas de seringueiras, destinada a indústria extrativista; União - 3 estradas de seringueiras, destinada a indústria extrativista; um touro e um garrote.
Varzea Grande – Abacate – S/Denominação (3) e Pimental	1946	Pimentel, Varzea Grande e Abacate – no Rio Muriacá, afluente do Rio Cajari, município de Mazagão. A primeira terra e a segunda terra sem denominação ficam em Almeirim, uma faz fronteira com a fazenda Santo Antonio no Rio Cajari e a outra faz fronteira com os Igarapés Maroim e Aranaquara e Pimentel. A última sem denominação, fica a	Varzea Grande - 3 estradas de seringueiras; Abacate - 2 estradas de seringueiras; As terras sem denominação eram aplicadas na indústria extrativa da borracha.

		margem esquerda do Rio Cajari, em Mazagão.	
Pendencia – Independência – Aturiá – Fazendinha – Timbó – Buçú E Boca Do Braço	1946	Pendencia e Fazendinha – margem direita do Rio Cajari; Indenpedencia –margem esquerda do Rio Cajari; Aturiá – margem esquerda do Rio Dona Maria – no braço do Rio Cajari; Bôca do Braço – margem direita mesmo rio; Timbó – margem do igarapé timbó.	benfeitorias, constantes de barracões, barracas, arranchamentos e plantações.

Fonte: Elaboração da autora, 2025.

Conforme Camargo (2015), latifúndios e pequenas propriedades estão distribuídos de forma desigual pelo território brasileiro, os latifúndios dominam em extensão enquanto pequenas propriedades, em número. Segundo a autora essa é uma característica da concentração de terras no Brasil, na Tabela 1 estão descritas apenas uma parcela das terras adquiridas pelo coronel José Júlio, mas que são o bastante para apontar que as propriedades na fronteira Amapá-Pará ficaram e ainda são concentradas nas mãos de um único grupo, o qual apenas se atualiza com o passar das décadas.

A concentração de terras sob o domínio de poucos, é um fato que ocorre em todo o Brasil, sendo fruto de um processo que advém principalmente dos períodos ditatoriais deste país. A série estabelecida a partir do Livro da Empresa Jary Ltda, se encontra no contexto da Era Vargas (1937-1945), que de acordo com Gilberto Bercovici (2020), foi um período marcado pelo incentivo à mobilidade da fronteira econômica. O qual tinha por pressuposto a ideia de incorporação dos chamados “espaços vazios” do país, o que incluía a Amazônia.

Todavia, o autor aponta que estas políticas econômicas e de colonização resultavam em uma situação fundiária caótica e concentradora, que desafiava a capacidade de articulação e de implementação das políticas governamentais. Apesar disto, as comunidades extrativistas do Vale do Jari permaneceram resistindo mesmo em um espaço legalizado para as empresas do José Júlio, processo facilitado pelo Estado. Ainda assim, os extrativistas conquistaram uma série de avanços e lutas, com sérias derrotas para o governo.

Estas comunidades resistem especialmente às mudanças que impactaram violentamente seus modos de vida. A contar das ações do coronel na primeira metade do século XX, que transformaram as atividades econômicas e de subsistência dessa região em um extrativismo industrial. Inicialmente, temos diferentes grupos vivendo do extrativismo, da pesca e/ou da agricultura nesta área. O extrativismo é uma atividade voltada para a extração de recursos naturais diretamente da natureza, esta prática representa uma fonte essencial de matérias-primas para diversas indústrias, além de ser utilizada como meio de subsistência por muitas comunidades. Esta atividade está presente no Vale do Jari, principalmente com a extração de castanha e do látex, no período analisado, conforme identificado na Tabela 1.

A castanheira, cujo nome científico é *Bertholletia excelsa*, é considerada uma das maiores e mais longevas árvores da região amazônica, observar Figura 6. Também é conhecida por nomes populares como: castanha-do-pará, castanha-verdadeira, castanha-do-brasil. A planta é nativa e exclusiva da região amazônica, principalmente nos territórios do Brasil, Bolívia e Peru, podendo atingir até 50 metros de altura. Ela produz um fruto de casca dura, popularmente chamado de ouriço, que abriga de 15 a 25 sementes. Dentro dessas sementes estão as amêndoas comestíveis.

Figura 6 – Castanha-do-Brasil.



Fonte: Toda Fruta, 2017.

De acordo com Oliveira (2022), as sementes de um ouriço somente são retiradas se ocorrer uma ação externa do homem ou de animais como cutia. Atualmente, além de serem valorizadas pelo sabor, o óleo e o extrato da castanha-do-pará são amplamente

utilizados como matéria-prima na produção de cosméticos e produtos farmacêuticos, a madeira da árvore também é aproveitada, bem como sua planta na medicina tradicional.

Em relação ao extrativismo da borracha no Vale do Jari, este está diretamente relacionado com a extração do látex das seringueiras (*Hevea brasiliensis*), originária da Amazônia Brasileira, observar Figura 7. Segundo Silva e Feitosa (2023), o aprimoramento do manuseio do látex conhecido como vulcanização, possibilitou o seu uso e sua aplicação na tecnologia para produção automobilística e em diversas fabricações, sendo também mais uma causa para a migração de uma grande massa de trabalhadores para a região amazônica.

Figura 7 – Seringueira: a árvore da borracha.



Fonte: ciflorestas, 2014.

Dessa forma, tanto a castanha como o látex tinham e têm diversas utilidades, que iam desde o consumo até a produção e comercialização destes recursos naturais. Com a presença de José Júlio de Andrade, sobretudo através de suas empresas, as quais tinham como finalidade a exploração de seringueiras, também realizavam o comércio de aviamentos, compras e vendas de mercadorias nacionais e estrangeiras, importação e exportação, comissões e consignações. Transformando o que antes era uma atividade para o sustento das comunidades extrativistas, em uma cadeia produtiva marcada pelo uso da violência e da exploração dos trabalhadores locais.

Além dos extrativistas locais, Oliveira (2022) afirma que entre 1882 e 1948 muitas famílias do nordeste vieram para o Vale do Jari buscando uma vida melhor, estes eram

atraídos para trabalhar dentro das áreas de coleta de produtos vegetais, como o látex e a castanha-do-brasil, com a falsa promessa de obtenção de renda ao final de cada safra.

Conforme a autora:

No entanto, com esses sujeitos, aos quais era concedido o direito de uso de determinada área de extração, se estabelecia um compromisso para a entrega da produção, somente para quem lhes havia fornecido a terra. Ademais, todo e qualquer custo para a entrada, permanência e saída desses locais ficava a cargo dos próprios trabalhadores. Isso significa dizer que, na prática, o patrão fornecia antecipadamente os subsídios como alimentação, ferramentas de trabalho, dentre outros bens, com preços exorbitantes, superior ao valor pago pela entrega da produção, no qual se gerava um saldo negativo que um vínculo, onde a dívida gerada era impossível de ser paga (Oliveira, 2022, p. 30-31, apud Meira, 2017).

Este sistema de comércio, denominado aviamento, consistia na exploração dos trabalhadores da borracha e da castanha na região amazônica. Esta rede era formada principalmente pelo seringal, seringalista e seringueiro, além disso, foi responsável por incentivar a migração nordestina, principalmente de cearenses, para o Norte. No Vale do Jari, o lucro gerado pela comercialização ou troca de produtos se concentrava nas empresas administradas pelo coronel José Júlio, assim como a produção e ganho proveniente do trabalho dos extrativistas.

Segundo Oliveira (2022 apud Sampaio, 2002), estes se tornavam eternos endividados e reféns de um tipo de comercialização onde o acesso ao financiamento de bens, serviços e produtos não alcançava o sistema financeiro. Conforme Kátia Rangel (2018), para obter a mercadoria almejada se atribuía a dívida ao trabalhador desde seu local de origem, esta era continuamente reproduzida por meio do subfaturamento dos itens do extrativismo aliado ao superfaturamento de mercadorias aviadas, como consequência levava a exorbitante disparidade de preços pagos ao trabalhador e por ele.

Vale destacar que todo esse processo tinha um elemento principal: o rio. Para o extrativismo na Amazônia, seja da borracha ou da castanha, os rios tinham uma grande função, desde escoamento, abastecimento, fluxo, exploração, comercialização e comunicação. De acordo com Silva e Feitosa (2023 apud Ponte, 2014), é o rio que comanda o modo de produção dos seringais, os negócios no barracão e a vida dos seringueiros na produção gomífera.

De acordo com Rangel (2018), José Júlio ao implementar a exploração do látex e da castanha na região, valia-se de sua força política e de coerção física para que as atividades extrativistas fossem realizadas por trabalhadores migrantes ou nativos, os quais eram submetidos as relações de trabalho baseadas no aviamento, como já mencionado. A autora se refere apenas ao Cajari quando afirma que as ordens a respeito da rede de

aviamento praticado neste vinham de Belém-PA, no entanto, após a análise da dos documentos da empresa Jary, esta afirmação pode se estender para as demais terras sob posse do coronel.

Através das documentações é possível identificar a realidade social do período estudado, isso se deve porque os documentos revelam as relações estabelecidas naquele período juntamente com a posição social de cada pessoa que compõe o processo fundiário. Assim, constata-se que uma das residências de José Júlio estava localizada em Belém, capital do Estado do Pará. Além de residir, Rangel (2018) afirma que era nesta cidade que ele exercia as relações políticas que sustentavam seu poder pessoal, de modo que Belém consolidou-se não apenas como centro de decisão do aviamento, mas também como principal centro de escoamento da borracha e da castanha. Conforme a autora, a produção escoada era oriunda dos seringais e castanhais explorados do Vale do Jari, Belém recebia a produção transportada em grandes barcos que navegavam pelos rios e igarapés da região, para que de lá fossem abastecidos os grandes centros de consumo no país, além de exportada.

Ademais, essas terras que hoje compõem a fronteira Amapá-Pará também conhecidas por formarem o Vale do Jari, devido as políticas econômicas e de colonização para este espaço considerado “vazio”, precisaram se adequar as normas estabelecidas pelo Estado sendo assim registradas, como observamos na Tabela 1, constituindo assim uma fronteira geográfica. Apesar da divisão do Estado do Pará com a criação do TFA, as atividades econômicas e sociais da região analisada permaneceram seguindo as mesmas dinâmicas, a fronteira era apenas simbólica, a produção extrativista continuava a ocorrer nos dois lados, as pessoas continuavam a fluir pelos rios e seus afluentes independente da linha que as dividia, o limite traçado não era um impeditivo. No entanto, esta realidade se transforma com a venda dessas propriedades para o americano Daniel Ludwig, como veremos no capítulo a seguir.

3. AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS COM A CHEGADA DO PROJETO JARI

No primeiro capítulo, a partir da análise da Tabela 1, entendemos que a fronteira entre os Estados do Amapá e do Pará se formaram com a criação do Território Federal do Amapá, em 1943. Esse processo foi marcado por uma política que visava a ocupação da Amazônia por considerá-la um “espaço vazio”, não levando em consideração as comunidades e povos que aqui já viviam. Assim, foram elaboradas políticas de ocupação, defesa e integração para esta área. Decorrente disso, surge uma fronteira geográfica, estipulada por uma linha imaginária, cuja função não impedia a mobilidade no Vale do Jari.

Todavia, quando as posses de terras passam para a administração de Daniel Ludwig, em 1967, o modo de vida desta região é diretamente impactado, o que inclui a circulação das comunidades neste espaço. Portanto, este capítulo tem como objetivo apresentar e analisar estas mudanças socioeconômicas que ocorrem com a implementação da empresa Jari Celulose na Amazônia brasileira. Para isso, é importante sublinhar, que no tangente a fronteira Amapá-Pará, este trabalho aborda duas dimensões referente a ela, a primeira é a fronteira econômica e a segunda a fronteira simbólica. As quais são relevantes ao analisar o contexto em que está se forma e as relações sociais e econômicas que se transformam junto a ela.

3.1 Fronteira econômica

A formação socioespacial da região amazônica brasileira se deu, primeiramente, com a invasão de colonizadores europeus e missionários religiosos nestas terras. Assim, de acordo com Carvalho (2017), as relações econômicas, sociais e políticas foram, de certo modo, marcadas por um movimento de expansão demográfica e econômica para terras consideradas “não ocupadas” ou “insuficientemente” ocupadas, com baixa densidade demográfica. A partir desse contato formaram-se fronteiras espaciais, sociais e culturais, que também atravessam o extrativismo do látex, da castanha e da celulose neste espaço. Nessa perspectiva, fica evidente que a fronteira econômica exerce influência marcante na história do país, acarretando mudanças econômicas, sociais e políticas.

Na tradução da tese de doutoramento de Otávio Guilherme Velho, publicada em 2009, o autor tenta, a partir da fronteira, lançar os olhos sobre o desenvolvimento político, econômico e social brasileiro. Nesse processo, o autor discute sobre a “Tese de Turner”, Frederick Jackson Turner foi o mais importante teórico e historiador da fronteira norte-

americana. Contudo, a chamada Turner Thesis envolve não só a fronteira per se, mas implica numa “tese” geral sobre a sociedade norte-americana vista a partir da perspectiva da influência da fronteira sobre essa sociedade.

Em suas próprias palavras: “A existência de uma área de terras livres, o seu recuo contínuo e o avanço do povoamento americano em direção ao Oeste explicam o desenvolvimento americano” (Velho, 2009, p.10). Ou seja, para Turner o avanço das frentes econômicas de expansão nas regiões de fronteira talvez tenha permitido a formação de instituições adequadas ao desenvolvimento econômico, social e político dos EUA. A discussão da fronteira norte-americana levou-o a perceber a possibilidade de distinguir o que provisoriamente poderia considerar diferentes tipos de desenvolvimento capitalista.

Assim, Velho (2009) cria o conceito de capitalismo autoritário, o qual desenvolveu-se naqueles países que não experimentaram uma revolução política comandada pela burguesia. Ao mesmo tempo, essa não-existência de uma burguesia forte relacionou-se, ao nível econômico, com um “atraso” relativo desses países com respeito ao progresso inaugurado pelas burguesias capitalistas que tendiam a dominar a cena mundial. E como os países que se lançaram à frente de um ponto de vista capitalista adquiriram uma posição de liderança no sistema internacional que fazia pressão sobre os países “atrasados”, o Estado foi forçado a assumir nesses países o comando de um processo de modernização e transformação da sociedade a fim de não submergir.

O capitalismo autoritário – ou, mais rigorosamente, o capitalismo com dominância autoritária – é o herdeiro direto de sistemas de repressão da força de trabalho sem nenhum corte revolucionário interveniente. O autor, tendo colocado em termos gerais o que se entende por capitalismo autoritário, tentou indicar as consequências desse modo de desenvolvimento capitalista para o campesinato como um todo. Sugeriríamos, no entanto, que a produção camponesa, afora poder ser tratada como um modo de produção, deveria como complemento ser vista como necessariamente subordinada, constituindo, portanto, um modo de produção subordinado. Pois, mesmo quando o camponês pode ser considerado livre no sentido de ser o dono dos seus meios de produção, na perspectiva analisada ele continuará subordinado.

No início do trabalho ele examina a visão de Turner de uma fronteira aberta e o efeito que tinha sobre os seus participantes e sobre a sociedade como um todo. Adiante vê que também existia a possibilidade de uma fronteira fechada como um traço de um sistema de repressão da força de trabalho. No entanto, verifica que quando um sistema de

repressão da força de trabalho evolui para um capitalismo autoritário, a fronteira não utilizada torna-se um recurso importante. Surge assim um terceiro tipo de fronteira que denomina de fronteira aberta, porém controlada.

Assim, o que a fronteira, quando se abre, parece representar, é na verdade um locus privilegiado para o desenvolvimento da pequena agricultura. No caso do campesinato, significa que na fronteira ele não é mais um resquício de uma formação anterior ou de uma formação em processo de desaparecimento. Porém, depois de se perceber isso tudo, permanece o fato de que a fronteira é um locus muito importante para que se deem todos esses desenvolvimentos. Na verdade, pode ser o locus onde o enfraquecimento da subordinação e a ascensão social melhor se combinam, e é por isso mesmo que o autoritarismo se preocupa tanto em controlar o movimento de fronteira.

Utilizando do mesmo método de Velho (2009), em comparação a Tese de Turner da “Marcha para o Oeste”, observa-se no Brasil do século XX um grande fluxo de migrações internas, muitos desses movimentos foram impulsionados pelos projetos de desenvolvimento e integração do território brasileiro, cuja intenção era a ocupação de áreas consideradas pouco povoadas, cabe destacar aqui o movimento do Nordeste para a Região Norte por causa dos grandes projetos de mineração, atividades extrativistas e agrícolas, além de melhores condições de vida. Esses fluxos de migrantes intensificaram a ocupação do interior do território brasileiro.

Nesse contexto se encontra o Projeto Jari, o qual foi pensado nos moldes do discurso de desenvolvimento e integração do território brasileiro, durante uma Ditadura Militar que buscou assumir o comando de um processo de modernização e transformação da sociedade através do seu desenvolvimento capitalista, se enquadrando assim no conceito de capitalismo autoritário construído por Velho (2009). Em que a fronteira é um *locus* importante para que se dê esse desenvolvimento.

No caso do capitalismo autoritário, onde quer que preexistia uma base camponesa, ela não é destruída pelo desenvolvimento capitalista (a não ser em parte), mas é mantida como uma forma subordinada de produção e a acumulação primitiva prossegue às suas custas. Com isso, na fronteira entre Amapá e Pará através da Jari Celulose, o trabalho dos extrativistas foi mantida para o desenvolvimento capitalista como uma forma subordinada de produção, onde o capital seguiu sendo acumulado às suas custas.

Na perspectiva de José de Souza Martins (1996), a região amazônica desde o início da conquista foi objeto de diferentes movimentos de penetração, seja na escravização dos povos indígenas, na busca e coleta das plantas conhecidas como “drogas

do sertão”, ou na coleta do látex e da castanha. Para o autor, a partir da ditadura militar, a Amazônia transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida, processo que continuou, ainda que atenuado, com a reinstauração do regime democrático em 1985. Segundo Martins (1996):

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. E esse é, certamente, o aspecto mais negligenciado entre os pesquisadores que têm tentado conceituá-la. Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. Por isso, a fronteira tem sido cenário de encontros extremamente similares aos de Colombo com os índios da América: as narrativas das testemunhas de hoje, cinco séculos depois, nos falam das mesmas recíprocas visões e concepções do outro. (Martins, 1996, p. 27)

Desse modo, a fronteira é, simultaneamente, um lugar da alteridade e uma expressão da contemporaneidade dos tempos históricos, sendo caracterizada, no Brasil, por situações de conflito social. Este conflito, no caso da fronteira entre o Amapá e o Pará, surge a partir do encontro da empresa Jari Celulose com as comunidades tradicionais e os habitantes do Beiradão. Em que a margem esquerda do Rio Jari, em Almeirim, vivia um grupo amparado por uma infraestrutura social e urbana adequada; e do outro lado do rio, no Beiradão, os habitantes passavam por dificuldades no acesso aos serviços básicos e sofriam com a ausência de estruturas fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico.

Assim, a fronteira é, ao mesmo tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro, tornando-se também um espaço de desencontros de temporalidades históricas, que só deixa de existir quando o conflito desaparece. Ao estudar as fronteiras na região amazônica, em especial entre Amapá e Pará, é preciso considerar as realidades sociais, os modos singulares de organização da vida social, de definição dos valores e das orientações sociais que se fazem presente nas fronteiras e que mudam a partir delas (Martins, 1996, p. 29).

Também é necessário perpassamos por dois conceitos desenvolvidos pelo sociólogo José de Souza Martins para entender a fronteira econômica no contexto do Projeto Jari – frente de expansão e frente pioneira, elaborados em dois textos principais. O primeiro é um trabalho considerado clássico, intitulado Frente pioneira: contribuição

para uma caracterização sociológica, originalmente apresentado na 23ª Reunião Anual da SBPC, em 1971 e publicado nesse mesmo ano. O segundo trabalho, é intitulado O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira, foi escrito em 1995 e posteriormente publicado.

O sociólogo brasileiro afirma que a distinção entre frente de expansão e frente pioneira tem uma inegável dimensão espacial. E que há concomitante, no Brasil, duas fronteiras: a demográfica e a econômica, sendo necessário distingui-las. Portanto, quando os geógrafos falam de frente pioneira, estão falando dessa fronteira econômica. Quando os antropólogos falam de frente de expansão, estão geralmente falando da fronteira demográfica. Isso nos põe, portanto, diante de uma primeira distinção essencial: entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica há uma zona de ocupação pelos agentes da civilização, que não são ainda os agentes característicos da produção capitalista, do moderno, da inovação, do racional, do urbano, das instituições políticas e jurídicas etc. (Martins, 2009, p. 137-138).

Portanto, para Martins, os dois conceitos – frente de expansão e frente pioneira – só podem ser corretamente utilizados com a condição de superarem a mera dimensão espacial, e mais, com a condição de serem trabalhados como uma unidade. Assim, o que sobretudo unifica as duas frentes é o fato de se situarem ambas, ainda que de distintos modos, no interior da economia de mercado. Desse modo, as duas frentes se articulam de um modo dialeticamente complexo, formando uma totalidade.

Logo, a frente pioneira “exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica” (Martins, 1975, p. 45). Entretanto, a fronteira econômica não coincide, necessariamente, com a fronteira demográfica, do que deriva a constatação da existência de uma faixa entre essas duas fronteiras – faixa essa conceituada como frente de expansão e que, embora sendo povoada, ainda que com baixos índices de densidade demográfica, não constitui uma frente pioneira basicamente porque sua vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado.

Ou seja, de um lado a frente pioneira surge quando o povoamento provoca um desenvolvimento acelerado de uma determinada atividade econômica, denominado na linguagem comercial como Boom, em nosso caso são as atividades extrativistas da Jari Celulose, que procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar e mais elevados padrões de vida (Waibel, 1979, p. 281-282). Desse

modo, podemos observar a frente pioneira no Projeto Jari, que aparece como resultado direto da necessidade de reprodução da sociedade capitalista.

3.2 Fronteira identitária

As fronteiras simbólicas servem para categorizar coisas, pessoas e práticas. Elas servem à compreensão daquilo que é, que deveria ser e que não deveria ser. Para Heite, Pomey e Spellenberg (2013), portanto, as fronteiras simbólicas delimitam o normal e o desviante, aquilo que é digno daquilo que não é digno de reconhecimento. Segundo as autoras, fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são, sobretudo, simbólicos. Que também são marcos, mas de referência mental, que guiam a percepção da realidade, e são ponto de contato entre culturas distintas.

Este trabalho também parte de uma perspectiva que enfoca fronteiras simbólicas e sociais, através da investigação de estruturas e condições sociais, uma vez que as fronteiras simbólicas perpassam por desigualdades, relações de poder e posições sociais bem como práticas (discursivas) de inclusão e exclusão. Assim, Heite, Pomey e Spellenberg (2013), defendem que as fronteiras servem para a invenção e defesa de hierarquias; que elas incluem e excluem; que privilegia ou desprivilegia, atribui direitos ou os nega. A partir disto, observa-se no Projeto Jari a fronteira voltada para a manutenção de uma estrutura hierárquica, que mantém funcionando as relações de poder e dominação impostas desde a vinda do coronel José Júlio para esta região.

Outro conceito importante ao pesquisar a fronteira no sul do Amapá é a definição de fronteiras simbólicas desenvolvida por Fredrik Barth. A introdução que escreveu para o livro coletânea de artigos *Ethnic Groups and Boundaries* (1969), resultado de um simpósio organizado por Barth em Bergen em 1967, tornou-se um clássico e um dos mais citados textos da antropologia. Nele, o autor propõe um conceito de etnicidade resultando da negociação das fronteiras étnicas entre os grupos de pessoas no processo de organização social e política. A diferenciação e a criação de fronteiras entre grupos étnicos são realizadas pelos próprios indivíduos em transação. Assim, o foco para compreender a etnicidade não seria buscar elementos essenciais ou critérios simples de conteúdo, mas investigar como são construídas as fronteiras que diferenciam um grupo de outro.

A escolha de um símbolo, signo ou traço para distinguir um grupo de outros é negociada. Grupos étnicos seriam categorias atribuídas e de identificações pelos próprios atores. A etnicidade pode ou não afetar o comportamento resultante das pessoas, dependendo de qual elemento queiram enfatizar. Para Barth, as afiliações identitárias são

negociáveis, portanto, as identidades não seriam definidas por critérios intrínsecos ou objetivos, mas resultantes das negociações que criam fronteiras que distinguem as pessoas.

No que se refere ao Projeto Jari, as relações socioeconômicas ao se estabeleceram na fronteira, mantêm um processo de identificação, em que o principal é a vontade de marcar os limites entre "eles" e "nós", conforme Barth (2000). Mais propriamente, a fronteira estabelecida resulta de um compromisso entre o que a população de Laranjal do Jari pretende marcar e a que os outros, população de Monte Dourado, desejam lhe atribuir, e vice-versa. Sendo isto, resultado de um discurso governamental que levantou uma barreira no Rio Jari, a qual passa existir com a Jari Celulose no contexto da ditadura militar no Brasil (1964-1985).

3.3. A transição para o Projeto Jari

Anteriormente, vimos que o coronel José Júlio administrava empresas para exploração da borracha e da castanha, também praticava o sistema de aviamento com os trabalhadores sejam os nativos do Vale do Jari ou os migrantes nordestinos. De acordo com Oliveira (2022), em relação a este modelo de comercialização, afirma que apesar de ele ter sido consolidado no ciclo da borracha, ele não se encerrou com o declínio dessa atividade, pois os modos operantes dos patrões e as influências desse sistema de aviamento persistem nas comunidades amazônicas.

Para a autora, as mudanças que aconteceram após o coronel trata-se da ruptura no modo que os patrões utilizavam para dominar o sujeito aviado nos territórios, especialmente porque os antigos trabalhadores passaram a ter a posse de terra das áreas extrativistas. Logo, também não cabia mais as distintas formas de opressão desumanas que estavam em volta dessas relações. Conforme Oliveira (2022), mesmo na ausência de José Júlio de Andrade na região sul do Amapá, as práticas de aviamento mantiveram elos com os extrativistas.

Isto acontece quando as terras que antes pertenciam e eram controladas pelo coronel são vendidas para “Empresa de Navegação e Comércio Jari Limitada” e posteriormente, em 1948, para um grupo de portugueses. Desse modo, pela primeira vez este território passa a ser gerido pela empresa J. Fonseca, que dá continuidade as atividades extrativistas, de comércio e navegação. Embora, utilize o sistema de aviamento, esta apresenta algumas melhoras em relação ao período comandado por José Júlio.

Lins (1991) exemplifica que, sob a gestão de José Júlio de Andrade, as áreas eram privativas, sendo necessária autorização até mesmo para pescar, e quando isso acontecia o pescado destinava-se exclusivamente à alimentação local. Já com os portugueses houve maior flexibilização para os extrativistas usarem as áreas de florestas em todos os sentidos, tanto econômica como politicamente, ou seja, tinham maior liberdade para produzir e comercializar os produtos, além de se organizarem enquanto um grupo social. (Oliveira, 2022, p. 31)

Segundo a autora, durante a atuação da empresa J. Fonseca no Vale do Jari esta integrou elementos menos desumanos ao subjugar os trabalhadores, um exemplo mencionado é a oferta de uma maior quantidade e diversidade de mercadorias nas tabernas, a promoção da circulação de dinheiro a partir do recebimento de saldo pago além disso a empresa também realizava o fornecimento de produtos vindos da agricultura como feijão, milho e laranja.

Esta fase permanece até 1967, quando as terras conquistadas e adquiridas pelo coronel José Júlio, as quais passaram para os portugueses em 1948, são vendidas para o empresário norte-americano Daniel Keith Ludwig, o que inclui também as propriedades da Tabela 1. Assim, se inicia um processo que instaura uma transformação drástica nas relações presentes na fronteira Amapá-Pará, em especial as socioeconômicas. É nesse momento, que pela primeira vez o interesse nessas terras não está voltado unicamente para a exploração dos recursos da floresta, como ocorreu nas ocupações anteriores (Oliveira, 2022).

O intuito de Daniel Ludwig era moldar este território para o chamado “desenvolvimento e progresso”, transformando-o em um grande centro comercial e econômico cuja finalidade era a produção em larga escala da celulose. De acordo com Zenaide Oliveira (2022), a transformação da floresta nativa em monocultura impactou diretamente a comercialização dos produtos extrativistas, bem como desorganizou a atividade socioeconômica da região local, pois não havia no escopo desse projeto de exploração agroindustrial interesse em negociar produtos florestais não madeireiros.

Para isso, o empreendimento de Daniel Ludwig inicialmente realizou o desmatamento de grande parte da floresta nativa em ambos os lados do Rio Jari, a desflorestação desta área atingiu um total de 140.000 hectares. Com isso, as pequenas comunidades locais que já habitavam esta região e estavam espalhadas pela floresta, viram seu sustento ameaçado pelas atividades pretendidas pelo empresário. Decorrente disto, fica evidente o forte impacto que a empresa Jari acarretou nesta fronteira, ao modificar o território com a substituição da floresta por uma monocultura, além de alterar

o sistema socioeconômico da época, no que diz respeito a desorganização das redes comerciais do extrativismo (Oliveira, 2022 apud Greissing, 2010).

Ressalta-se ainda que, em decorrência desse ambicioso projeto, foram desmatadas áreas de castanhais e seringais, o que resultou no enfraquecimento do comércio dos produtos florestais na região da Resex Cajari. Nesse contexto, enquanto muitos extrativistas tiveram que deixar as comunidades tradicionais para trabalhar na empresa ali instalada, os que permaneceram passaram a estreitar relações de comércio com regatões, vendendo castanhas, cultivando roças e vivendo do extrativismo da amêndoa.

No entanto, apesar do investimento de mais de 1 bilhão de dólares (PINTO, 2002), Ludwig interrompeu o avanço do seu projeto agroindustrial por não atingir os resultados esperados e devido à forte crise financeira que a empresa enfrentava na época. Nesse contexto de insatisfação, o norte americano se viu obrigado a renunciar ao empreendimento, e em 1981 o grupo Jari Celulose passa a fazer a gestão das áreas que se sobrepõe a Resex Cajari e implementar o projeto de monocultura com o plantio de eucalipto na região. (Oliveira, 2022, p.32)

Por outro lado, enquanto o empresário executava seus planos para o Vale do Jari, as comunidades extrativistas seguiam resistindo aos avanços da empresa. Segundo Filocreão (2007), embora soubessem que a área havia sido vendida novamente, estas populações continuaram no interior da floresta cultivando suas roças, construindo casas e explorando os recursos naturais. Contudo, Oliveira (2022) aponta que no início da década de 1980, a empresa Jari Celulose quis retomar as terras compradas e introduziu na região, por meio de segurança armada e uso de violência, um esquema que impedia o avanço das populações tradicionais dentro das terras da empresa e restringia o uso dos castanhais, através da proibição de atividades agrícolas e/ou agroextrativistas, da construção ou reforma das residências, além de aumentar o preço das mercadorias nos barracões.

O intuito dessas restrições as práticas tradicionais deste território, era reaver as terras para a derrubada de castanhais e a destruição da floresta nativa para inserção de territórios agropastoris, segundo Kátia Rangel (2018). Em consequência disso, as comunidades extrativistas decidem se organizar politicamente frente ao avanço do desmatamento e do risco que correm de perder o direito de se manterem nestas terras. Assim, realizaram se mobilizaram para parar a expansão da empresa Jari nas áreas dos castanhais. De acordo a autora, a organização política dos extrativistas resultou nos primeiros conflitos com a Jari Celulose, a disputa se dava pelo direito de se manter e explorar o território.

Desse modo, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por movimentos, organizações e mobilizações em favor das comunidades tradicionais que resistem e resistiram a uma política de desenvolvimento que permeou toda a Amazônia,

especialmente através dos grandes projetos agroindustriais e minerais. O que incluiu o Vale do Jari, para Rangel (2018), o processo de ocupação dessa região a partir das relações de aviamento, a configuração dos modos de vida e o risco de expropriação dos territórios tradicionalmente ocupados em decorrência da presença e das atividades da empresa Jari Celulose, levaram a organização política por parte das comunidades, aliadas também ao movimento seringueiro nacional com a finalidade de assegurar a proteção legal a este espaço historicamente ocupado por eles.

Esse movimento visava garantir os direitos territoriais dessas populações coagidas pelos grandes projetos econômicos. Segundo Rangel (2018), a partir da luta das comunidades tradicionais, ocorreu a criação de várias unidades de conservação, incluindo a Reserva Extrativista do Rio Cajari, criada em 12 de março de 1990, garantido a manutenção dos seus modos de vida e permanência no território, além da proibição do desmatamento de suas posses principalmente por estes projetos agroindustriais, preservando a floresta. Por conseguinte, foi através desses levantes e intervenções que romperam com um regime enraizado na região amazônica, o qual os subjugava de formas desumanas.

Posto isto, é notório que o processo de ocupação e dominação do Vale do Jari envolvendo primeiramente o José Júlio, depois os portugueses e em seguida a empresa Jari Celulose gerou diferentes conflitos naquela área. Com a presença da empresa Jari, a população local que até então circulava livremente pela fronteira, passa a ser impedida de expandir suas casas ou construir novas habitações, também são proibidas de realizarem suas práticas agroextrativistas, não podem acessar as terras da empresa, embora estas sejam historicamente ocupados por eles.

Ademais, o Projeto Jari é fruto de uma política de modernização e colonização, o que significa dizer que a empresa se beneficiou da “boa vontade” estatal em regularizar as propriedades de terra para a produção agroindustrial, instaurada desde a época do José Júlio. Enquanto as famílias que já viviam ali, conforme Camargo (2015), teriam garantidos apenas 100 hectares cada uma, área que não abrangia porções de uso comum, como castanhais tradicionalmente ocupados, os quais eram o meio de subsistência dessas populações.

A postura estatal que observamos no Vale do Jari, exemplifica a despreocupação com o ritmo da concentração fundiária, com o território sob o domínio de um único grupo. Para Camargo (2015), na Amazônia brasileira os números da concentração fundiária sob efeito das políticas territoriais dos governos militares tornaram-se ainda mais alarmantes,

o resultado é a formação nessa região de um dos maiores latifúndios da história. Segundo a autora, essa realidade traz à tona o caráter rentista presente no capitalismo que se desenvolve no Brasil. Além desse aspecto, estas políticas também difundiram um discurso que atraiu milhares de migrantes para trabalhar na empresa, os quais posteriormente formaram o Beiradão. Visto isso, se torna preciso analisar este outro lado para entender seus impactos socioeconômicos na fronteira Amapá-Pará.

3.4. A política de modernização da Amazônia

Durante os anos de 1960 e 1970, segundo Loureiro e Pinto (2005), os principais obstáculos ao desenvolvimento dos países periféricos e de regiões consideradas atrasadas economicamente como a Amazônia eram atribuídos a dois problemas básicos: à insuficiência de capitais produtivos e de infraestruturas capazes de pôr em marcha novos investimentos. Naquela época, esses e outros discursos com ideias semelhantes entendiam que seria possível atrair capitais produtivos, organizados sob a forma de conglomerados econômicos, vindos de outros pontos do Brasil e do exterior, desde que fossem oferecidas vantagens capazes de atrair esses capitais para a região.

Assim, o novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia – posto em prática pelos governos militares após o golpe de 1964, para desenvolver e integrar a região ao mercado nacional e internacional, se inspirava nesses discursos, conforme Loureiro e Pinto (2005), os militares também faziam as adaptações que julgaram conveniente fazer para aquele momento da ditadura. Em relação a política de modernização, neste trabalho utilizamos o termo “modernização autoritário-conservadora”, que define essa política no período ditatorial.

Segundo Miranda (2018), a modernização conservadora simbolizaria um descompasso entre o avanço econômico capitalista e a estagnação do avanço político democrático. Ou seja, o capitalismo avança, tutelado pelo Estado, com tímidas intenções liberalizantes, mas a prática política se mantém rígida e fechada. Contudo, Motta (2014) propõe que a ditadura empresarial-militar não pode ser compreendida apenas como uma expressão do paradoxo modernizador e conservador, mas como uma modernização autoritário-conservadora.

Assim, para Miranda (2018), a modernização é conservadora na moral, nos costumes, nas tradições e é autoritária nas práticas repressivas. Desse modo, a modernização autoritário-conservadora proposta por Motta (2014) transcende as barreiras da prática econômica, atingindo áreas como: a cultura, política, educação, segurança, etc.

Conforme a autora, o desenvolvimentismo pode ser, então, tido como uma de suas facetas. Com isso, a política de modernização visava a partir do desenvolvimentismo a instalação de projetos econômicos na região amazônica. Para Santos (2010), é possível afirmar que três investimentos exerceram forte impacto na organização do espaço amapaense a partir dessa política: O Projeto ICOMI; o Projeto Calha Norte e o Projeto Jari, este último é o que nos interessa aqui.

Considerando que, a região amazônica foi e ainda é palco de diversos encontros e desencontros que surgem desde o primeiro contato europeu com estas terras, a partir deles formaram-se fronteiras espaciais, sociais e culturais, as quais também atravessam o extrativismo e os projetos agroindustriais nesta área. Mas, que conjuntamente também gerou representações sobre este espaço denominado Amazônia, as quais foram difundidas e transmitidas pelo mundo. Do Norte ao Sul do Brasil, assim como pelos diversos continentes do planeta, percorre no imaginário das pessoas ideias sobre o que é, como é, e de como deveria ser a Amazônia. O processo de construção desse imaginário da Amazônia brasileira e principalmente do Vale do Jari, se deu em especial por esses projetos e políticas estatais.

Desse modo, quando se trata de temáticas que estudam estes grandes projetos econômicos voltados para esta região no século XX, é comum que o foco da pesquisa seja apenas os aspectos econômicos junto ao discurso de modernizar a Amazônia e de transformar este lugar aparentemente vazio, a partir de então se criam estereótipos e representações sociais sobre este espaço. Pode-se dizer que a Amazônia é atingida pelo que Durval Muniz de Albuquerque (2011) chama de estratégia de estereotipização:

O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo. [...] O estereótipo é um olhar e uma fala produtiva, ele tem uma dimensão concreta [...]” (Albuquerque, 2011, p. 30).

Portanto, os estereótipos e as representações sociais construídos ao longo do tempo sobre a Amazônia, segundo Miranda (2018), insistem em caracterizar, de maneira homogênea, um conjunto de espaços, culturas e grupos sociais tão distintos entre si. Com isso, o fruto dos encontros e desencontros presentes na Amazônia no decorrer do tempo, não é algo dado, mas construído e inventado. De acordo com a autora, as imagens e adjetivos que perpassam a mente quando pensamos em “Amazônia”, fazem parte de um conceito forjado, edificado ao longo dos anos, formando um bloco uniforme que esconde as especificidades que perpassam o todo (Miranda, 2018, p. 36).

Para Albuquerque (2011), as representações são mais do que analogias do real, pois elas ultrapassam a esfera do pensamento, sendo produtoras de sentidos e de realidades. De maneira complementar, Miranda (2018), entende que cada escolha no ato de representar é um fazer político, um jogo de poder, uma busca por disseminar certa visão de mundo. Conforme a autora, a disseminação de dada representação tem efeitos que vão muito além do campo das ideias, agindo diretamente nas práticas concretas do “mundo real”. Posto isto, para o entendimento das vivências sociais empreendidas na Amazônia ao longo do tempo, é importante analisar as representações sobre a Amazônia junto com o lugar de fala, as intenções de quem as promove e o contexto de sua disseminação.

Portanto, as diferentes perspectivas existentes sobre a região amazônica não devem ser entendidas como as mais corretas e verdadeiras, ou como as únicas possíveis. Ao contrário disto, Miranda (2018) entende que todas as óticas fazem parte de um complexo campo de representações sobre a região amazônica. Em relação aos discursos presidenciais, a autora compreende que há uma constante tentativa de inserir a Amazônia no todo brasileiro, tratando-a como um problema que deve ser resolvido no âmbito nacional e pelo bem da nação.

Desta forma, ao falar de Amazônia, Miranda (2018) afirma que os presidentes geralmente menosprezam as especificidades de cada porção do território amazônico, considerando que a região é uma só e generalizando-a, logo, os projetos elaborados pelo governo e impostos ao território serviriam também a todos, visto que nesta concepção não há singularidades nos diferentes espaços da região. No entanto, isso não condiz com a realidade destes projetos, uma vez que grande parte dos projetos desenvolvimentistas prezam pela industrialização, ocupação e colonização, o que promove, por exemplo, a “aculturação” de indígenas e povos tradicionais, ou a total eliminação de alguns grupos étnicos sociais. Conforme Miranda (2018):

É uma constante pensar o desenvolvimento a partir de um conjunto de concepções prévias, próprias do meio urbano e de vivências capitalistas ocidentais. Logo, desenvolver a Amazônia subentende-se como ocidentalizar os costumes e práticas das múltiplas realidades amazônidas, submetendo todas elas ao mantra de “ocupar, industrializar, colonizar, descobrir” e etc. Isso fortalece a busca pela soberania nacional, mas gera numerosas contradições, pois muitas vezes as demandas locais (raramente ouvidas) desejam para a região um modelo de desenvolvimento alicerçado nas tradições regionais, e não algo imposto de cima para baixo, ou do centro para as periferias. O grande problema é que a tradição, no espectro da busca pelo desenvolvimento, é entendida como atrasada ou subdesenvolvida. Portanto, é frequente na corrida desenvolvimentista a superação do subdesenvolvimento através de técnicas modernizadoras implantadas de forma vertical. (Miranda, 2018, p. 107-108)

Por consequência, temos no século XX projetos desenvolvimentistas baseados em vivências capitalistas ocidentais, em que o Estado se alia as empresas privadas para alcançar seus objetivos políticos e econômicos. Assim, estes projetos surgem com o intuito de transformar a Amazônia ocidentalizando os costumes e práticas das diversas realidades ali presentes. O que acarreta imposições sobre o modo de vida destas pessoas, consideradas subdesenvolvidas e um atraso para a modernização e progresso da nação. É o caso do Projeto Jari, em que as comunidades tradicionais, que já habitavam o Vale do Jari, não foram consultadas sobre a implementação do projeto na região.

Assim, outro discurso, que não surge na ditadura, mas que fortalece essa política, é sobre o vazio demográfico. Tem início na primeira metade do século XX e surge como uma grande preocupação com a ocupação desta região considerada um “vazio demográfico”, cuja sua representação permeava o imaginário brasileiro que a designava como o “inferno verde”. Um lugar descrito pelas analogias mais fortes como desagradável e penoso para os que migravam para a região. Foi só a partir da segunda metade do século XX que se presencia a consolidação da inserção da Amazônia na economia global, proporcionando as mudanças necessárias para atender aos objetivos políticos e econômicos da modernização colocada pelo governo nesse espaço.

Para Jania Maria de Paula (2022), o vazio demográfico local sempre serviu como justificativa para a consolidação de interesses governamentais diretamente relacionados ao caráter expansionista do capital global e nacional. O incentivo de migração de populações externas à região foi estratégia para a territorialização do capital na Amazônia e que foram, ou ainda são utilizadas para formar reservas de mão de obra na exploração dos recursos naturais locais, conforme a autora.

Partindo dessas políticas e discursos que muitos projetos econômicos, visando o lucro apenas de um grupo específico, se instalaram na Amazônia. Logo, as populações do Vale do Jari se viram as margens de um projeto que carrega em seu discurso a ideia de que estes planos de desenvolvimento elaborados pelo governo e impostos na região amazônica serviriam e contribuiriam para a melhoria de vida de todos, de maneira igualitária, bem como para o avanço do país. Certamente, o que não aconteceu, visto que não beneficiou todos os grupos envolvidos neste processo.

Considerando que no município de Laranjal do Jari, a partir da vinda da empresa “Jari Celulose” e da criação da cidade de Monte Dourado, comunidades tradicionais como ribeirinhos e extrativistas foram abstraídos de seus territórios para dar vez aos migrantes e novos funcionários da indústria. Além das implicações ambientais e sociais, este

processo também levou ao surgimento da Vila do Beiradão, que foi criada sem um planejamento urbano e levou, principalmente, a falta de saneamento básico daquela área.

A Vila do Beiradão apresentou distorções pela omissão das políticas públicas na área da saúde, educação, segurança, justiça, ambiental, enfim, o inchaço populacional, os reduzidos impostos, a falta de oportunidade de emprego e a instalação da empresa fizeram deste espaço um catalisador de exclusão em todos os sentidos. Com isso, partindo da crítica *frontteriza* proposta por Nolasco (2012), é necessário construir discursos críticos formulados sobre o Projeto Jari que contemple as especificidades inerentes ao locus cultural em questão, bem como ao sujeito nele imbricado. De modo a barrar discursos críticos acadêmicos e científicos articulados nos grandes centros mais desenvolvidos em todos os sentidos (econômico, tecnológico, etc.), pois estes perpetuam ideias equivocadas sobre como e porque a Amazônia deve se desenvolver.

Assim, ao trabalhar com a fronteira presente no Vale do Jari, a epistemologia mais difundida pelo *Centro* diz respeito ao discurso de que esta região de fronteira entre o Amapá e o Pará, durante o século XX, fez parte dos grandes projetos financiados por empresários brasileiros e estrangeiros que visavam ocupar e desenvolver este espaço. Nesse contexto, a perspectiva é pensada do *centro* para a *margem*, onde a Amazônia é vista pelos discursos acadêmicos articulados nos grandes centros mais desenvolvidos como um espaço que precisava se desenvolver economicamente, esse desenvolvimento viria da ocupação e exploração de seus recursos naturais.

Entretanto, este discurso que continua a ser replicado academicamente, não considera as especificidades inerentes ao *locus* cultural em questão, bem como ao sujeito nele imbricado. No caso do Projeto Jari Celulose suas singularidades são desconsideradas, assim como os sujeitos que viveram naquele período e que continuam vivendo nesta fronteira, em que atravessam e são atravessados por ela. Com isso, a partir da crítica *frontteiriza* que busca revisar estes conceitos que já não nos cabem no século XXI, é possível agora pensar a margem a partir da margem, levando em consideração as pessoas-fronteira dessa região. Pensar para além da perspectiva das empresas agroextrativistas, e ressaltar a importância que a população a margem do Rio Jari teve e tem para formação e ocupação desse espaço, considerando principalmente a luta das comunidades tradicionais.

3.5. O Projeto Jari

A região que hoje corresponde ao Laranjal do Jari foi habitada, primeiramente por indígenas Wajãpi, Aparai e Wayana e mais tarde por nordestinos que vieram trabalhar na extração da borracha, de acordo com Nascimento (2018). Dentre essa leva de nordestinos, como já mencionado destacou-se o cearense coronel José Júlio de Andrade, que segundo Guilherme Bergamini (2007), teve poder de vida e morte na região, aos 35 anos de idade ele se consolidou como o maior latifundiário do mundo, ao alegar ser proprietário de cerca de 3,5 milhões de hectares de terras adquiridos por meios lícitos e ilícitos através de expropriação e oportunismo na sua condição de deputado estadual e senador pelo Estado do Pará. De acordo com o autor, combatido pela revolta tenentista foi obrigado a vender suas terras para um grupo de empresários portugueses em 1948 e que mais tarde vendeu as terras para Daniel Keith Ludwig.

Desse modo, o Daniel Ludwig idealizou e instalou o projeto econômico denominado “Projeto Jari”, no município de Almeirim-PA. Instituiu com isso o distrito de Monte Dourado, ilustrado na Figura 8, fundado em 1967 e criado como distrito municipal com a lei estadual nº 5.075 de 2 de maio de 1983. Os primeiros alojamentos em Monte Dourado, surgiram por volta de 1972/1973. Na Figura 9, podemos observar uma foto da cidade feita de cima da caixa d'água e ao fundo o Rio Jari com as primeiras habitações do que viria a ser o "Beiradão", que se tornaria o Laranjal do Jari alguns anos depois. Na área abaixo seriam construídos o restaurante e o primeiro supermercado de Monte Dourado. (Foto do arquivo da família Taborda)

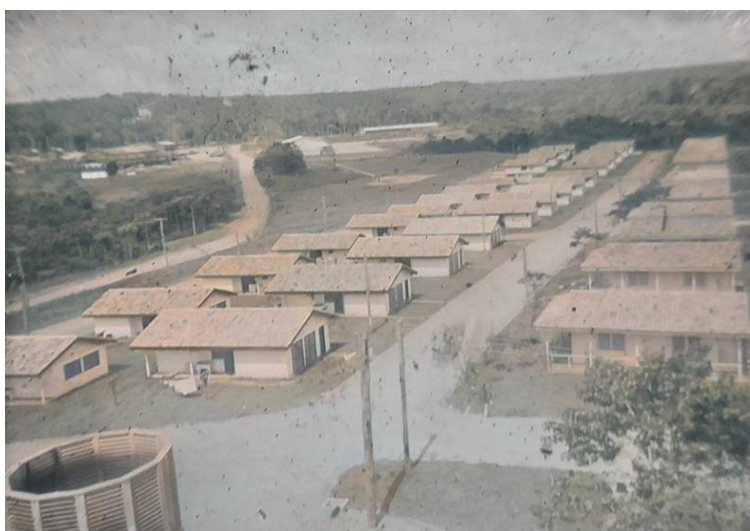
Fundada para ser a cidade que sediava a moradia dos funcionários de maior poder aquisitivo da fábrica de celulose, por não haver nenhuma infraestrutura anterior na região, devido à ausência do governo, o empresário projetou e construiu habitações, escola, hospital, supermercado; gerava, transmitia e distribuía energia elétrica; a empresa também possuía seus próprios meios de transporte (fluvial, terrestre e aéreo); fornecia serviços de coleta, tratamento e distribuição de água; promovia atividades culturais e desportivas para os funcionários da empresa e seus familiares que residiam em Monte Dourado.

Figura 8 – Vista de Monte Dourado a partir da cidade de Laranjal do Jari



Fonte: Juliano Sarraf Taron, 2010.

Figura 9 – As primeiras habitações de Monte Dourado



¹ Foto do arquivo da família Taborda. Disponível em: <<https://www.facebook.com/share/19WPzCKrk3/>>. Acesso em: 03 jun, 2025.

² Foto do arquivo da família Taborda. Disponível em: <<https://www.facebook.com/share/1AT8Dwjtsh/>>. Acesso em: 03 jun, 2025.

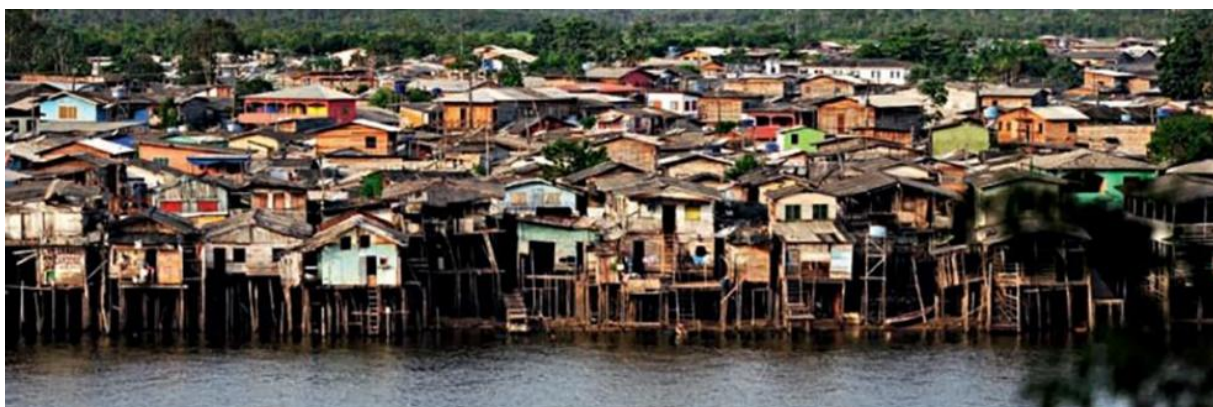
Fonte: Página Amigos de Monte Dourado (Forever) do Facebook - Compilação da autora.

A criação da empresa e da cidade de Monte Dourado também contribuiu para o fortalecimento da fronteira delimitada pelo Rio Jari, por meio do surgimento e crescimento acelerado do Beiradão, localizado em Mazagão no TFA, o que provocou significativas transformações socioeconômicas. Conforme Ferreira (2008):

O crescimento urbano da cidade de Laranjal do Jari se associa a história do projeto Jari, a origem da cidade entre as décadas de 1960 e 1970, se formou espontânea com início de um pequeno aglomerado urbano. O marco de sua formação foi no ano de 1967 quando ocorre o levantamento dos primeiros barracos, erguidos com finalidade de atender pessoas que estariam ligadas à empresa. Em 1968 a empresa autorizou a construção da Vila do Pau Roliço acampamento próximo de Monte Dourado que abrigou alguns empregados, ex-empregados ou recém-admitidos da Jari. Nesse momento o número de casas era bem reduzido, existiam 26 casas, nas quais residiam 229 pessoas, mesmo a Jari tendo autorizado o acampamento os moradores não eram bem vistos, isso ocorreu em razão das condições da falta de higiene e insalubridade que existiam no local. (Ferreira, 2008, p. 80)

Embora o governo incentivasse a ocupação e “desenvolvimento” da Amazônia, ele não amparava as famílias que migravam para essa região. Isto fez com que o “Beiradão” se tornasse conhecido como “a maior favela fluvial do mundo”, além dos altos índices de prostituição também chegou a ser considerada uma das mais pobres e violentas populações brasileiras. Assim, as inúmeras casas de palafitas as margens do rio Jari cresceram de forma desordenada e sem qualquer assistência do Estado, conforme se observa na Figura 10 e 11.

Figura 10 – Beiradão, Laranjal do Jari-AP



Fonte: IHU – Unisinos, 2017.

Figura 11 – As casas no Beiradão

Fonte: Guilherme Bergamini, 2007.

Na época da chegada da empresa havia no Vale do Jari, 2.787 habitantes (FIBGE, 1960), representando 36,84% da população de Mazagão. Na década seguinte segundo a Tabela 2, este percentual aumenta para 43,6%, enquanto nas outras localidades acontecia um decréscimo, Mazagão de 18,55% passa para 17,39% e Mazagão Velho de 44,6% para 38,99%, já na Boca do Jari a movimentação era contrária, passando de 31,45% para 43,6% em 1970.

Tabela 2 – Evolução da população de Mazagão por distrito 1950/60/70

Distrito	1950		1960		1970	
Total	5105	100	7565	100	10547	100
Mazagão	1010	19,78	1404	18,55	1835	17,39
Mazagão Velho	2489	48,75	3374	44,6	4113	38,99
Boca do Jari	1606	31,45	2787	36,84	4599	43,6

Fonte: FIBGE- Censo 1950/60/70.

Segundo Guilherme Bergamini (2007), Ludwig obteve a posse de mais de um milhão e seiscentos mil hectares de floresta nativa, desmatando e implantando a gmelina arborea, pinus caribea e o eucalipto, árvores não nativas, com a finalidade para produção e exportação de celulose. Com isso, recebeu uma excessiva demanda de mão-de-obra de trabalhadores em busca de emprego fixo. Assim, em 1977, enquanto Monte Dourado tinha 2.096 habitantes, no Beiradão já existiam 5 mil, a causa da expansão estava na oferta de bens e serviços no local e a falta de moradia nos locais vizinhos.

Nesse período a vila crescia assustadoramente, existia uma única rua, a passarela principal, com estrutura de estiva em madeira, salpicada por bares, armazéns, “boites”,

farmácias, escritórios, consultórios e residências, as casas eram de palha ou de amianto, em madeira, postas sobre o rio em forma de palafitas, como se observa na Figura 12. Em decorrência disso, constata-se que em 1983 no Beiradão moravam 12 mil pessoas e em Monte Dourado 8.500 pessoas. Muitos dos moradores da margem esquerda do Rio Jari, sem condições de retornar às suas cidades de origem, viveram em condições degradantes, sem nenhum tipo de assistência, seguridade ou saneamento básico.

Figura 12 – Beiradão na década de 1980



Fonte: Página Amigos de Monte Dourado (Forever) do Facebook.³

O ambicioso Projeto Jari, o qual implantou um polo agroindustrial na região Amazônica, perde força na década de 1980, deixando a maior parte de seus prejuízos ao erário público brasileiro. Por muito tempo, o discurso e a representação social construída sobre as pessoas do Beiradão, se deu com a imagem de um lugar de insalubridade, de

³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/share/p/1N68axc6wF/>>. Acesso em: 03 jun, 2025.

prostituição e depreciado. Visto assim, principalmente pelos moradores de Monte Dourado.

Como vimos, este discurso parte da política de modernização da Amazônia no período ditatorial, na qual a população do Vale do Jari e seus modos de vida tradicionais não são considerados “civilizados” e atrasam o progresso e desenvolvimento do país. Desta maneira, a fronteira no Rio Jari, até então marcada por uma linha imaginária, se transforma em um divisor social com a chegada da Jari Celulose. Quando, de um lado as comunidades tradicionais são impedidas de manter as atividades extrativistas que sustentam as suas famílias, bem como são proibidas de circular livremente na fronteira junto com os migrantes que não conseguiam emprego na empresa. E de outro, temos um empreendimento que passou a redesenhar o modelo de ocupação e mudou a vida na Amazônia, com mudanças sociais, econômicas e ambientais.

Ao implantar o novo modelo, a empresa criou um contraste entre as cidades de Monte Dourado-PA e Laranjal do Jari-AP, que pode ser observado nas Figuras 8 e 10. Em que de um lado há um planejamento urbano, pensado para atender os funcionários da empresa em todos os aspectos de sua vida, desde supermercado a aeroporto. Enquanto isso, no Beiradão a população mal usufruía de acesso a seus direitos básicos. Além disso, a divergência também está visível nas relações e conflitos entre os moradores dos dois lados da fronteira, gerado pela empresa.

No que diz respeito as entrevistas realizadas no projeto PDIFF/AP, foram entrevistadas no município de Laranjal do Jari quatro (04) pessoas residentes a vida toda na cidade e que atuam no Instituto Municipal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (IMAPA), no Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP) e na Prefeitura. Também realizamos entrevistas com quatro (04) pessoas da Associações de Trabalhadores Extrativistas do Cajari – ASTEX-CA e com a presidente da Associação de Mulheres Agroextrativistas do Cajari- AMAC. Além disso, foram feitas entrevistas com dois (02) trabalhadores da Fundação Jari, um funcionário aposentado da empresa Jari e uma ex-moradora de MTD, como podemos observar na Tabela 3.

Tabela 3 – Entrevistados no Projeto PDIFF/AP na visita de campo em Laranjal do Jari (AP) e Monte Dourado (PA).

Nº DE ENTREVISTADOS	LOCAL DE TRABALHO	ONDE VIVEM/VIVERAM
2	IMAPA	Laranjal do Jari
1	RURAP	Laranjal do Jari

1	Prefeitura (atuava até a visita de campo em 2023)	Laranjal do Jari
4	ASTEX-CA	Cajari
1	AMAC	Cajari
2	Fundação Jari	MTD e Laranjal do Jari
1	Aposentado pela Jari Celulose	Ex-morador de MTD
1	Era esposa de um ex-funcionário da empresa Jari	Ex-moradora de MTD

Fonte: Elaboração própria, 2025.

As entrevistas com pessoas que vivem/viveram dos dois lados do Rio Jari estabeleceram as ligações entre história, memória e narrativa, haja vista que não se considera somente as informações expostas enquanto relato, mas que se busca compreender a narrativa enquanto construção localizada nos sujeitos e que ganha diversos contornos conforme a forma de narrar. Desse modo, o uso destas fontes orais foi feito através do método da História Oral, para Meihy e Holanda a “História oral é uma prática de apreensão de narrativas feita através do uso de meios eletrônicos e destinada a recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente, e facilitar o conhecimento do meio imediato” (2015, p.18). Os autores afirmam ainda que a História Oral é uma parte do conjunto de fontes orais e sua manifestação mais conhecida é a entrevista.

Os registros foram realizados com o gravador de telefone celular, as entrevistas ocorreram de duas formas: com os trabalhadores da ASTEX-CA, AMAC e Fundação Jari os entrevistadores estavam em equipe, conforme Figura 13; já as demais ocorreram de forma individual. Os relatos fornecidos pelos ex-moradores estavam relacionados com a história do Beiradão e de MTD. Enquanto as informações obtidas nas demais entrevistas eram voltadas para aspectos socioeconômicos na Fronteira AP-PA e desafios enfrentados. Mas o que ganhou destaque em todas as entrevistas foram os relatos que sempre levavam ao impacto que a presença da empresa Jari teve na vida das pessoas do Vale do Jari, por um lado houve relatos positivos, principalmente por parte da Fundação Jari, no entanto, grande parte apontou consequências negativas.

Figura 13 – Registro do encontro com a presidenta da AMAC, Elziane Souza.



Fonte: Arquivo PDIFF, 2023.

Ainda, durante as entrevistas para o PDIFF/AP, foi relatado que os funcionários recebiam um crachá para se identificar todas as vezes que atravessavam o Rio Jari. Isso fazia parte da ideia de que as pessoas do outro lado do rio eram perigosas, imorais e não possuíam higiene, portanto, não deveriam entrar na cidade do outro lado do Beiradão. Ainda, as mercadorias do supermercado eram contadas para cada família, que recebiam um vale para as compras, isto acontecia para que os habitantes de fora de Monte Dourado não tivessem acesso aos alimentos e a toda infraestrutura fornecida pela empresa.

Na intenção de controlar quem transitava no território, a Jari Celulose reforçou preconceitos e estereótipos. O projeto agroindustrial instaurado pela política ditatorial no Vale do Jari, alterou os modos de vida e o território desse espaço, gerou conflitos que resultaram na formação de uma barreira social, demarcada pelo rio. São esses conflitos que transformam a fronteira, ameaçam o meio ambiente e destroem a natureza, levando populações, como no caso do Beiradão, a ficarem em condições precárias, sem saneamento, sem estrutura ou auxílio, deixando-os literalmente às margens.

Embora o município amapaense tenha se transformando ao longo das décadas, obtendo um hospital de alta complexidade, escolas e outras instituições importantes para a sociedade laranjalense, as quais também são utilizadas pelas pessoas de Monte Dourado, ainda há preconceito e a desvalorização da população de Laranjal do Jari, principalmente de quem vive na beira.

4. A FRONTEIRA NO RIO JARI E O ENSINO LOCAL

Sabemos que a instalação do Complexo Industrial Jari Celulose no Vale do Jari acarretou inúmeras mudanças na formação e ocupação deste território, especialmente na divisão social e econômica entre a população da Vila do Beiradão e da cidade de Monte Dourado, estabelecidas as margens do Rio Jari. A presença da empresa instaurou o modelo de civilização a ser seguido, o que era diferente se tornou mal visto e “atrasado”, nos meios de comunicação e no imaginário das pessoas fez permear a ideia de que o Beiradão era a maior favela fluvial do mundo.

No entanto, após o Projeto Jari houve diversas transformações nos dois lados desta fronteira, assim, este capítulo tem como objetivo realizar uma análise da configuração atual da fronteira entre os dois Estados do Amapá e Pará, abordando as dinâmicas socioeconômicas que se sucederam após a implementação da empresa nesta região. Além de apontar como o uso de infográficos, que tragam diferentes perspectivas da fronteira demarcada pelo Rio Jari, trazem significativas contribuições para o ensino local de Laranjal do Jari-AP.

Assim, em um primeiro momento do capítulo é destacado como viviam as pessoas de Monte Dourado-PA e do Beiradão durante a empresa, comparando com as mudanças sociais e econômicas que ocorreram depois e pôr fim a conjuntura atual dos dois lados da fronteira. Para isso, utilizo fotos e figuras retiradas de uma página da rede social Facebook nomeada Amigos de Monte Dourado (Forever), é uma comunidade composta por pessoas que viveram no Vale do Jari na segunda metade do século XX, os quais compartilham memórias e histórias desse período. A maioria trabalhou ou é familiar de alguém que trabalhou na empresa. Em um segundo momento, é discutido a importância de abordar diferentes ópticas sobre a história local do lado amapaense, para promover a problematização e reflexão sobre o tema estudado nas escolas de Educação Básica.

4.1. A fronteira no Rio Jari: uma conjuntura atual

Com a vinda da estrutura do Projeto Jari do Japão até as águas do Rio Jari, conforme Figura 14 e 15, o empresário Daniel Keith Ludwig estabeleceu na região amazônica um polo industrial voltado para o extrativismo da celulose, denominada como a primeira fase do Projeto Jari este período abarca os anos de 1967 a 1981. Segundo Nascimento (2018), esse período foi administrado diretamente por Ludwig, o qual desenvolveu várias experiências produtivas na região do Jari, como: a criação de gado,

mineração, produção de arroz, exportação de caulim e bauxita, e produção da celulose. Para a autora, os anos de 1967 a 1970 ficaram marcados pelo desmatamento, terraplanagem, reflorestamento, levantamento hidrográfico do Rio Jari entre outras pesquisas realizadas. O intuito era pôr em prática seus planos envolvendo a agroindústria e mineração neste território, para isso ele construiu toda a infraestrutura necessária para formação de uma cidade.

Figura 14 – Complexo Industrial do Projeto Jari vinda de navio do Japão.



Fonte: Revista Manchete.

Figura 15 – Percurso da viagem da fábrica de celulose e da usina termoeletrica de Kure, no Japão, até o Porto de Munguba, Monte Dourado-PA.



Fonte: ResearchGate.

A cidade formada pelo empresário possuía saneamento básico, transporte, energia, telecomunicações, saúde, educação, lazer e segurança, podemos observar alguns desses

nas Figuras 16, 17 e 18. Todos os empreendimentos e serviços que deveriam ser prestados pelo poder público, no entanto, foram financiados e geridos com recursos particulares de Ludwig. A urbanização de Monte Dourado seguia o estilo estadunidense, a infraestrutura construída pelo empresário só podia ser acessada por seus funcionários, os quais também eram divididos em diferentes escalões. Enquanto isso, no Beiradão, as pessoas que tiveram sua vida afetada pela política de modernização não tinham permissão para utilizar o hospital, a escola, o supermercado do outro lado da fronteira. Tão pouco tinham assistência do município de Mazagão no TFA, ao qual faziam parte.

Figura 16 – Monte Dourado vista de cima – 1979/1980



Fonte: Página Amigos de Monte Dourado (Forever) do Facebook.⁴

⁴ Publicação de Tânia Calomeno Benetti. Disponível em: <<https://www.facebook.com/share/16nns7Td8E/>>. Acesso em: 03 jun, 2025.

Figura 17 – Transporte aéreo do Projeto Jari na década de 1980.



Fonte: Página Amigos de Monte Dourado (Forever) do Facebook⁵. Compilação da autora.

Figura 18 – O supermercado em MTD



Fonte: Página Amigos de Monte Dourado (Forever) do Facebook.⁶

⁵ Disponível em: < <https://www.facebook.com/share/12MLe994Lj9/>>. Acesso em: 03 jun, 2025.

⁶ Disponível em: < <https://www.facebook.com/share/p/1ESPzRK9d9/>> Acesso em: 03 jun, 2025.

Na Figura 16 é possível visualizar o planejamento urbano pensado e instalado para MTD, no decorrer das décadas de 1970 a 1990 vemos nas Figuras 17 e 18 parte da infraestrutura da cidade, o supermercado e aviões apenas utilizados pelo Ludwig, seus funcionários e os familiares deles, para identificação destas pessoas eram usados cartões, os parentes geralmente recebiam o nome de “dependentes”, podendo assim usufruir das diversas áreas daquele espaço. No que diz respeito a comunicação, MTD tinha um mensário social denominado “Jarilino” e rede de televisão chamada “TV Jari”, conforme Figura 19.

Figura 19 – A comunicação em MTD



Fonte: Página Amigos de Monte Dourado (Forever) do Facebook⁷. Compilação da autora.

⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/share/1AciRkrm4J/>>. Acesso em: 03 jun, 2025.

O domínio exercido na fronteira Amapá-Pará para manter o controle de quem poderia acessar ou não o sistema de serviços de MTD (os quais deveriam ser públicos, oferecidos pelo governo) pode ser evidenciado através dos já citados cartões de identificação, conforme Figura 20. Para além de serem utilizados para obter moradia, garantia de escolarização para os filhos, lazer por meio de clubes – como a “Jariloca”, uma sociedade esportiva e recreativa – entre outras circunstâncias, os cartões eram usados para a entrada na cidade Monte Dourado, como mencionado no capítulo anterior. O que ocorria com frequência, considerando que a maioria dos funcionários da empresa eram homens adultos, que muitas vezes atravessam o rio para frequentar as boates no Beiradão e ao retornar para MTD precisavam apresentar o seu cartão na guarita para conseguirem transpor a fronteira.

Figura 20 – A identificação para uso dos espaços e serviços dentro da empresa.



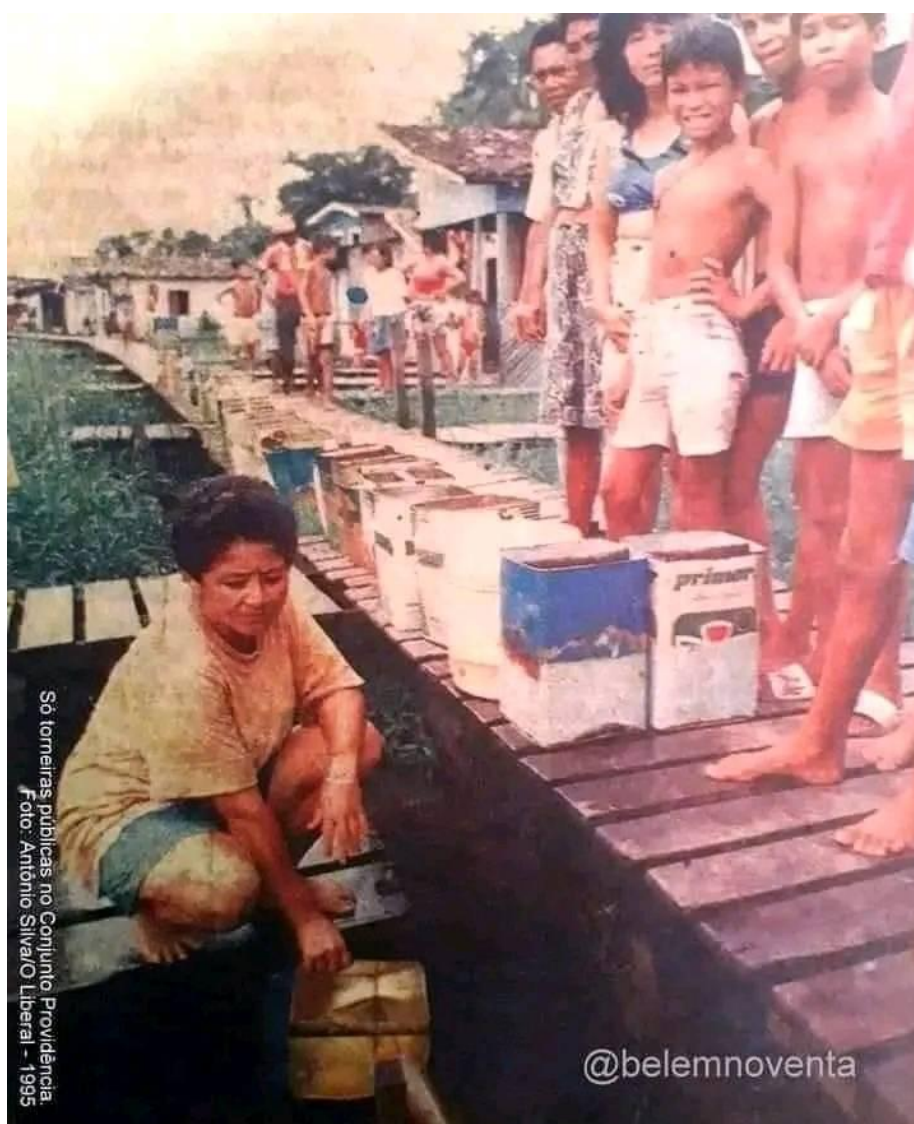
Fonte: Página Amigos de Monte Dourado (Forever) do Facebook⁸. Compilação da autora.

Simultaneamente a isso, a população a margem esquerda do Rio Jari e as comunidades historicamente localizadas naquela região eram proibidas de passar para o outro lado, adentrar nas terras vendidas para a empresa, construir ou expandir suas

⁸ Disponível em: < <https://www.facebook.com/share/1LacWNaZ6q/>>. Acesso em: 03 jun, 2025.

residências. Uma das medidas da empresa era derrubar as casas de quem se opunha, especialmente as do Beiradão. Apesar disso, os habitantes do Vale do Jari e aqueles que migraram em busca de melhores condições de vida continuavam a reconstruir suas casas e lutar pelo direito de permanecer ali. Mesmo passando por situações precárias, como é o caso da Figura 21, em que demonstra a falta de saneamento básico e água encanada para as famílias que viviam as margens do rio, as quais para obter água enchiam latões em uma torneira comunitária.

Figura 21 – A falta de infraestrutura no Beiradão



Fonte: Página Amigos de Monte Dourado (Forever) do Facebook⁹.

⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/share/16QNL5wSNW/>>. Acesso em: 03 jun, 2025.

Contudo, ainda durante a primeira fase do Projeto Jari, o empresário Daniel Ludwig lidou com diversas dificuldades, relacionadas principalmente com o desmatamento da floresta nativa realizado pelos tratores que retiravam as raízes e o húmus do solo, conforme Figura 22, esta escolha fez com que o solo se desgastasse e ficasse inadequado para o cultivo. Com isso, para minimizar o impacto nas áreas florestais, Ludwig precisou optar pelo trabalho manual com equipamentos adequados que preservassem a integridade das terras naquele território. A solução encontrada foi trocar os tratores por motosserras, um processo com um custo mais caro e demorado.

Figura 22 – O desmatamento da floresta nativa nos anos 1970



Fonte: Página Amigos de Monte Dourado (Forever) do Facebook¹⁰.

Todavia, o empresário ainda estava longe de receber o retorno pelo seu investimento nessa área, precisando inclusive reformular seus planos algumas vezes. Devido, principalmente, as incertezas e limites na produção da gamelina (gamelina arbórea) – árvore utilizada para extração da celulose, matéria-prima para a fabricação do papel. A gamelina, foi trazida do continente asiático, além de não se adaptar ao clima da região amazônica também estava vulnerável às pragas tropicais. Diante disso, a árvore

¹⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/share/1GDaSsTRQi/>>. Acesso em: 03 jun, 2025.

foi substituída por pinheiros (*pinus*) e, mais tarde, por eucaliptos, ocasionando mais custos e tardamentos.

De acordo com Nascimento (2018 apud Cordeiro, 1988), ainda neste mesmo período o projeto começou a encontrar as primeiras resistências burocráticas, que se davam na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dos ministérios, com o apoio do governo de Castello Branco, Ludwig conseguiu contornar essas dificuldades. No entanto, nos governos de Artur Costa e Silva e de Emílio Médici, o empresário não recebeu e nem se preocupou em ter o mesmo apoio, que seria muito importante durante as fases de industrialização e comercialização das mercadorias.

A autora ainda aponta que durante uma visita do governo de Médici na década de 1970 ao Jari, ocorreram vários protestos por parte dos trabalhadores, denunciando as condições de trabalho no projeto, estas ações repercutiram no país e contribuíram para o aumento as críticas e resistência a empresa. Para o trabalho de derrubada da floresta do Vale do Jari o empresário contratava empreiteiros que recrutavam peões para realizar a tarefa, entretanto as condições de trabalho dessas pessoas eram precárias. Segundo Nascimento (2018 apud Pinto, 1986), em janeiro de 1973, houve uma série de denúncias na Justiça do Trabalho de Belém e Macapá contra estes empreiteiros, envolvendo acusações de descumprimento de direitos previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a imposição de coerção e trabalho análogo à escravidão.

A autora destaca em seu trabalho que o Vale do Jari enfrentava problemas sociais que possibilitavam a ausência de decisões, tanto do Poder Público quanto de Ludwig. Considerando que o empresário não tinha contato direto com os trabalhadores mobilizados para o projeto, os empreiteiros que eram os responsáveis pelos peões, mas as reivindicações recaíam sobre o Ludwig, cujo mesmo encontrava-se com diversas dívidas, sem o retorno financeiro do empreendimento e sem o apoio estatal para lidar com os problemas que surgiam. No entanto, é válido pontuar que estas dificuldades são o resultado direto das atividades da empresa na região e da política de modernização para a Amazônia, a qual incentivou o projeto e a migração das pessoas para o norte do Brasil, acarretando as mudanças socioeconômicas desta fronteira.

Portanto, a ausência de decisões por parte do Ludwig advinha do pensamento de que isto escapava à jurisdição privada, mesmo a empresa sendo responsável pelas transformações ambientais, sociais e econômicas do Vale do Jari. Enquanto isso, o Poder Público se ausentava de todas as maneiras, não assistindo à população daquele espaço e nem assegurando-lhes os seus direitos básicos, embora soubessem através de denúncias

o que acontecia no Beiradão e aos trabalhadores da empresa. A inexistência de amparo pela empresa e pelo governo foi uma escolha, se ausentar foi uma decisão política que impactou diretamente a vida de milhares. Contudo, quando se pensa em Amazônia, logo surge o discurso de exploração de seus recursos para o desenvolvimento do país, mas pouco se fala das pessoas que serão afetadas por essas iniciativas, foi o que ocorreu no Vale do Jari.

Em um contexto de progressiva abertura para a redemocratização do Brasil, no final da década de 1970, o governo militar, que apoiou o Projeto Jari no começo, estava sendo pressionado e criticado pela sociedade civil. Assim, o Estado foi retirando seu apoio ao empreendimento e, segundo Nascimento (2018), as críticas ao Projeto Jari só faziam piorar, logo, o projeto se via em crise. Além dos problemas políticos, Ludwig ainda enfrentou dificuldades relacionadas ao solo daquelas terras, resultando na improdutividade das plantações e não dando o retorno planejado pelo empresário. Com isso, a autora afirma que Daniel Ludwig deixa a presidência da empresa, em 1981, encerrando a primeira fase do Projeto Jari, em um cenário marcado pelo retorno da democracia no Brasil e o início do discurso de proteção ambiental da Amazônia.

Desse modo, se inicia a segunda fase do Projeto Jari, em que a empresa passa a ser administrada pela Companhia Auxiliar de Empresas e Mineração (CAEMI), uma corporação de empresários brasileiros e estrangeiros, dirigida pelo empresário português Augusto Trajano de Azevedo Antunes. Este também precisou contornar diversas dificuldades ao assumir o empreendimento que se tornou conhecido como Companhia do Jari. Nascimento (2018) aponta que neste segundo momento o projeto encarou problemas como a falta de matéria-prima para a produção de celulose e o seu baixo preço no mercado internacional. Além disso, a Companhia ainda carregava vários obstáculos devido ao peso das obrigações herdadas do passado, por isso montou um plano para recapitalizar recursos e manter a empresa funcionando.

Segundo Nascimento (2018 apud Carneiro, 1988), o Governo Federal entrou em consenso com a nova gestão da Jari e começou a implantar na região algumas estruturas oficiais para assegurar a presença do Poder Público, acompanhar e dar apoio aos empresários que trabalhavam para resgatar o projeto. Assim, em 1984, MTD dispunha de um Posto do Ministério do Trabalho, Delegacia da Polícia Federal, Posto do Ministério da Previdência e Assistência Social, Estação Ecológica do Jari, casas bancárias, a Fundação Educacional do Jari – FEJARI, a qual tinha o objetivo de promover o

desenvolvimento educacional e cultural da comunidade do Vale do Jari contando com o apoio do Ministério da Educação (MEC), entre outros mecanismos estatais.

No entanto, mesmo tendo sido reorganizada com apoio estrutural do governo e investimentos da SUDAM e do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), o projeto encontrou-se a beira da falência total em 1997. Todavia, de acordo com a autora, em 1999 a empresa foi adquirida por dois acionistas de São Paulo na direção do Grupo ORSA, sendo o diretor e principal acionista do Grupo o empresário brasileiro Sérgio Amoroso. Contudo, o projeto ainda representava um desafio, além de precisarem tornar as atividades da fábrica economicamente rentável, também tinham que se preocupar em resgatar o apoio político e a aprovação das populações do Vale do Jari. Ainda, com a venda da empresa para os brasileiros, o empreendimento contava com uma nova roupagem. Diante de um cenário nacional e internacional voltado para discussões sobre o meio ambiente, agora o projeto tinha a missão de obter vantagens econômicas, sociais e ambientais tanto para o Grupo Orsa quanto para a região.

Ainda assim, o grupo que passou a ser chamado de Grupo Jari também não conseguiu alcançar os objetivos traçados para este território, por Daniel Ludwig na década de 1970. Um ano após ser vendida para o Grupo ORSA, em 2000, a produção da empresa entrou em declínio e está parada desde 2022. Atualmente, o projeto da Jari Celulose está em recuperação judicial e além das dívidas acumuladas com os seus credores (como o BNDES), os salários de seus funcionários estão atrasados, pois apesar da empresa estar inativa, os trabalhadores não foram desligados e a empresa ainda precisa cumprir com suas obrigações fiscais, contábeis e judiciais. O empreendimento também é objeto de ações do Ministério Público do Pará (MPPA) e da Procuradoria Geral do Estado do Pará (PGE-PA), cujo mesmos questionam a veracidade dos títulos de terras da Jari Celulose.

Concomitantemente, durante a visita de campo pelo PDIFF/AP a esta fronteira em 2023, funcionários tanto do Instituto Municipal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (IMAPA)¹¹ quanto do Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP)¹² relataram as mesmas dificuldades, em que as comunidades do Vale

¹¹ O instituto tem por finalidade básica a gestão das políticas públicas, voltadas ao desenvolvimento agropecuário no âmbito do município de Laranjal do Jari-AP e atua em conjunto com a prefeitura desde 2014.

¹² O instituto é uma Autarquia Estadual da Administração indireta do Estado, com autonomia administrativa financeira, criado pelo Decreto Governamental nº 0122 de 23 de agosto de 1991, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR), com sede e administração na capital do Estado. O RURAP tem como missão, promover o desenvolvimento rural sustentado do Estado do Amapá através de demonstrações práticas que promovam a agregação de valor à terra e a produção com a melhoria de vida dos que vivem e

do Jari afetadas pela presença da empresa, embora vivam naquele espaço e sua subsistência venha deste território, não possuem a titularização das terras. A qual é fundamental para conseguir incentivos financeiros e ter acesso a recursos e programas para desenvolver as atividades agrícolas da região.

Apesar das comunidades tradicionais serem as principais responsáveis por preservar a floresta nativa, ainda são pouco assistidas pelo governo. Um exemplo é a falta de energia elétrica, até a visita de campo em 2023, a CEA Equatorial Energia estava no processo de instalação de painéis solares nas comunidades. Em 2025, a Jari Celulose entrou em acordo com seus credores permitindo um possível retorno da produção de celulose para saldar suas dívidas e pagar os funcionários que não recebem desde a paralização das atividades.

Para além da falta de regularização fundiária nessa área, em Monte Dourado se observa um abandono às casas, a cidade e às pessoas, conforme Figura 23. Um lugar que antes era cheio de vida e considerado “civilizado/desenvolvido” hoje enfrenta o descaso do Poder Público e da Empresa, que contribuíram em grande parte para a situação atual. Lugares voltados para o lazer, como a piscina do clube “Jariloca” se encontra descuidado e esquecido, como vemos na Figura 24 abaixo.

Figura 23 – Casas abandonadas em Monte Dourado



Fonte: Lopes, Harrison.

trabalham no campo, o que certamente possibilita a apropriação de conhecimento e informações por parte dos produtores e suas organizações.

Figura 24 – Piscina do Clube Jariloca



Fonte: Página Amigos de Monte Dourado (Forever) do Facebook¹³. Compilação da autora.

Do outro lado, o Beiradão, que representava um problema social para o Projeto Jari por muito tempo foi tratado com descaso por Mazagão, do qual era um distrito, que contestava com a empresa quem deveria cuidar daquela área. Segundo Nascimento (2018):

Não foram poucas as vezes em que a Jari tentou extinguir o povoado, já que o Beiradão representava um imenso contraste diante de Monte Dourado. Este contraste começou a chamar a atenção da imprensa atraindo ferrenhas críticas ao Projeto Jari, mas a vila continuava crescendo e elites políticas e econômicas foram se formando e lutando, especialmente junto ao município de Mazagão, Governo do Território Federal do Amapá e empresa Jari Celulose S/A, por melhores condições de vida.

As elites locais da qual falamos surgiram devido a principal atividade econômica realizada na Vila do Beiradão – o comércio. Os primeiros comerciantes a chegarem à vila eram os regatões, traziam seus barcos abastecidos de quase tudo: tecidos, armas, máquinas, vitrolas, medicamentos, confecção, calçados, gêneros alimentícios não perecíveis, etc. (Nascimento, 2018, p. 36)

¹³ Disponível em: < <https://www.facebook.com/share/15tNNvzaaj/>>. Acesso em: 03 jun, 2025.

Em contrapartida, a autora afirma que as lutas travadas pelas elites locais começaram a dar frutos. Na década de 1970, o Beiradão conquistou um posto da Polícia Militar e da Polícia Civil, em 1974 foi inaugurada a Escola de Primeiro Grau Beiradão, que foi rebatizada e atualmente se chama Professora Sônia Henriques Barreto. A autora também destaca que na década de 1980 vieram novas escolas estaduais, a Escola Estadual Emílio Garrastazu Médici e a Escola Estadual Irandyr Pontes Nunes, ainda neste período teve início o fornecimento de energia elétrica. No entanto, devido a precariedade do serviço houve alguns incêndios na região, a partir disso o Poder Público começa a investir na estruturação física da localidade.

Assim, o Beiradão foi crescendo e a emancipação da cidade veio através da Lei Federal Nº 7.639 de 17 de dezembro de 1987, quando deixa de ser distrito e se torna o município conhecido por Laranjal do Jari. Conforme Nascimento (2018 apud Serrão) a década de 1990 ficou marcada pelo desenvolvimento da cidade. Foram criadas diversas instituições governamentais como: Prefeitura, Câmara dos Vereadores, Secretaria de Educação, o Fórum, a Promotoria, a Defensoria Pública, Postos de Saúde, Quartel do Corpo de Bombeiros, entre outras.

No ano de 1996 foi inaugurado pelo Governo do Estado do Amapá, o Hospital Estadual de Laranjal do Jari, localizado na Avenida Tancredo Neves, nº 1668, no Bairro do Agreste, presente na Figura 25. Hoje a cidade presta os serviços de saúde que atendem todo o município, inclusive as áreas de reserva extrativista e Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, comunidades quilombolas e indígenas, pessoas que vem do Distrito de Almeirim- Monte Dourado e Vitória do Jari. Vale lembrar que durante muitos anos somente MTD possuía um hospital, o qual só tinham acesso os funcionários da Jari Celulose, atualmente são os moradores do lado paraense que atravessam o rio em busca de tratamento.

Figura 25 – Hospital Estadual de Laranjal do Jari



Fonte: Agência de Notícias do Amapá.

De acordo com dados do IBGE, em 2024 a população estimada em Laranjal do Jari era de 37.969 pessoas, sendo considerado o terceiro município mais populoso do Estado do Amapá. No ano de 2021, de acordo com IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município atingiu a marca de R\$ 21.693,00 refletindo a média de produção de bens e serviços por habitante nesse período. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Laranjal do Jari, com base em dados de 2010, alcançou o valor de 0,665. Esse índice é uma medida composta que avalia aspectos como saúde, educação e renda, proporcionando uma perspectiva abrangente do desenvolvimento humano na região.

Em 2021, o salário médio mensal era de 2.3 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6.01%. Na comparação com os outros municípios do Estado, ocupava as posições 5 de 16 e 12 de 16, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 958 de 5570 e 4980 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 43.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 12 de 16 dentre as cidades do Estado e na posição 2321 de 5570 dentre as cidades do Brasil. O município apresenta grande predominância do extrativismo, visto que seu território é coberto por castanhais nativos e possui uma cadeia produtiva de

Castanha e de Açaí. Ainda sobre a economia da cidade, Nascimento (2018) aponta que predomina a extração de madeira, o comércio, a agricultura de subsistência, o funcionalismo público, além dos postos de trabalho gerados pelas empresas sucessoras do Projeto Jari.

No entanto, em concordância com a autora, embora Laranjal do Jari tenha crescido e superado vários obstáculos, como a maioria das cidades brasileiras, ainda passa por sérios problemas relacionados ao saneamento básico, pavimentação das ruas, melhores condições de moradia, descaso do Poder Público, entre outros. Ademais, mesmo considerando que os moradores desta localidade (desde a vila até a sua transformação em município) tenham lutado e resistido firmemente a todas as dificuldades decorrentes da empresa e/ou das políticas do Estado, ainda é recorrente no imaginário e nas mídias a ideia de “maior favela fluvial do mundo”, acompanhada dos dizeres de uma população pobre, sem higiene e violenta. Desse modo, se evidencia a fronteira social levantada pela Jari Celulose na segunda metade do século XX e que permanece até os dias de hoje. Ainda que MTD não seja mais a cidade modelo e sua população recorra aos serviços públicos do antigo Beiradão.

4.2. O ensino local e a Lei 11.645/08

O estereótipo construído sobre o Beiradão, de um lugar insalubre que surgiu por conta de um megaprojeto empresarial, também está presente nas salas de aula e não só do município de Laranjal do Jari, mas do Estado do Amapá. Nascimento (2018) afirma que tanto a produção didática como a paradidática tem apresentado narrativas parecidas ao se referirem ao surgimento da cidade, permeadas de preconceitos que perduram no senso comum desde finais da década de 1970. Logo, repensar um ensino local que aborde outras narrativas sobre esse espaço contribuiria para a problematização e desmitificação dos estereótipos no Vale do Jari. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997):

Os estudos da história local conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço.

Nesse sentido, a proposta para os estudos históricos é de favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, com a intenção de expor as permanências de costumes e relações sociais, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivências coletivas, sem julgar grupos sociais, classificando-os como mais “evoluídos” ou “atrasados”. (Brasil, 1997, p. 40)

Os PCNs são um documento oficial do Ministério da Educação (MEC) que estruturam e orientam os conteúdos curriculares, critérios de avaliação, entre outras regulamentações, as quais promovem uma formação voltada para o exercício da

cidadania. Assim, entendem que o ensino de História favorece o aprendizado e a reflexão da realidade em suas múltiplas dimensões sociais, culturais e temporais. A partir disso, os estudantes podem refletir sobre os processos que levam a construção de uma sociedade e como diferentes povos atuam e participam desses processos. Por isso, o ensino de história local aliado a interdisciplinariedade com outras áreas das ciências humanas se faz tão importante, considerando que através dele os estudantes irão conhecer e identificar as particularidades de cada comunidade, especialmente a sua.

Com isso, ao utilizar mais de uma perspectiva para contar a história de Laranjal do Jari, é ofertado aos discentes a oportunidade de questionar, interpretar e analisar os fatos históricos, sociológicos, geográficos e outros. Visto isto, o uso de diferentes fontes didáticas ou não se torna crucial nesse processo de ensino-aprendizagem. Para Silva (2017), a definição dos conteúdos segue a lógica determinada pelas políticas educacionais do Brasil, entretanto os docentes que exercem um papel fundamental ao selecionar os conteúdos que são trabalhados, visto que estes enfrentam o desafio pedagógico de produzir sentido histórico e desnaturalizar a realidade apresentada aos alunos pelo senso comum.

Segundo a autora, o currículo também atua como um instrumento de poder, utilizado pelo Estado para a regulamentação e controle do trabalho pedagógico nas instituições escolares. Constatamos isto através das histórias dos “grandes”, dos heróis, dos fatos, da memorização de datas que seguem a favor do governo e que criam narrativas que excluem aquilo que não se quer lembrar, é o caso do Beiradão quando colocado a margem do “grande projeto econômico”. Em que pouco ou nada se fala da resistência e das histórias das comunidades tradicionais que formaram esta região, ou da relevância dos conhecimentos tradicionais. No entanto, é necessário repensar e ressignificar o currículo e seu ensino, contribuindo e potencializando a formação do pensamento crítico do estudante.

Isto vem sendo realizado por muitos profissionais da educação, os quais discutem um currículo para o ensino médio em que o macro e o micro entrem em sincronia, conforme Silva (2017). Embora, na prática da sala de aula muitos ainda priorizem os conteúdos ditos gerais, principalmente pelo funcionamento do sistema educacional vigente, a autora aponta que os professores têm questionado os livros didáticos por sua superficialidade nos textos e pela ideologia camuflada no conteúdo. Em conformidade com a autora, atualmente, os estudantes não se interessam mais pela didática tradicional, por isso, o ensino local requer reelaborações no contexto da sala de aula.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996, em seu artigo nº 26, a qual estabelece como diretriz curricular para todo território nacional que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996, p. 16).

Assim, a legislação garante a inserção do ensino local como parte do currículo escolar, possibilitando que os discentes se relacionem com o seu entorno e desenvolvam uma compreensão mais aprofundada e significativa de sua identidade, além de poderem entender a história universal através da história particular. Ao selecionar os conteúdos, os professores possibilitam aos alunos a compreensão das dimensões históricas, permanências e rupturas da sua cidade ao longo do tempo, seja no modo de vida social, econômico ou cultural.

Para Silva (2017), o estudo local em sala de aula é um grande desafio para o docente quando consideramos a ausência de um material didático específico para a região estudada. O que ocorre é a produção desses instrumentos pedagógicos pelos professores, que muitas vezes não recebem apoio para fazê-lo. Para despertar o interesse dos(as) alunos(as) se faz necessário a construção dessa ferramenta, pensando nisso este trabalho propõe como solução a construção de infográficos para o ensino local de Laranjal do Jari. Além disso, para incluir outras perspectivas sobre a história local do Sul do Estado se torna essencial atender a Lei nº 11.645/2008 que regulamenta a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todos os níveis de ensino.

Atualmente, enquanto professora de História da rede pública do Amapá, atuante no município de Mazagão (do qual Laranjal do Jari era distrito até 1987) no ensino médio, percebo a necessidade de levar o conhecimento aqui discutido sobre a formação da fronteira Amapá-Pará para prática da sala de aula. Tendo em vista, que faz parte da história e da realidade dos alunos que transitam nessa região. Fazer isto, principalmente por meio da Lei 11.645/08, reconhecendo a importância dos povos indígenas para o extrativismo no Vale do Jari, para o cultivo e manejo dos castanhais no passado e para a formação da sociedade amapaense e laranjalense. Todavia, somente a lei não é garantia que ocorra o ensino ou que os professores terão acesso as ferramentas e estruturas essenciais para o processo de ensino-aprendizagem sobre a História e Cultura Africana e Afro-brasileira e Indígena.

Desse modo, os infográficos têm um alto potencial atrativo e didático se usado como material pedagógico, considerando que são representações objetivas e visuais de dados e informações, estes reúnem texto, imagens, mapas, gráficos e outros elementos visuais para explicar um tema ou conteúdo. Na figura 26, podemos observar dois exemplos de infográficos, produzidos durante minha graduação em Licenciatura em História, o primeiro a esquerda aborda sobre a construção da cidade de Mazagão Velho e o outro, a direita, trata da política de povoamento de Macapá e Mazagão.

Figura 26 – Exemplos de Infográficos para o ensino local.

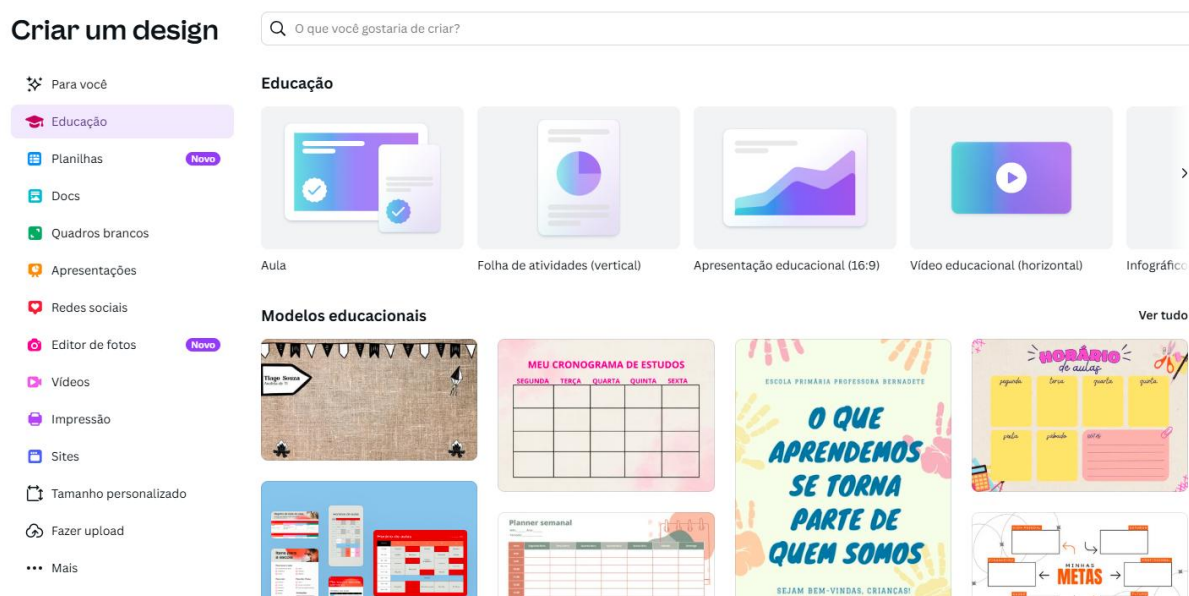


Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Para além disso, podemos utilizar as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) para produção de infográficos, um exemplo é a plataforma de design gráfico “Canva”, conforme Figura 27. Lançado em 2013, funciona como uma

ferramenta online que tem a missão de garantir que qualquer pessoa possa criar designs para publicar em qualquer lugar. Existe a versão gratuita e a paga, no entanto, professores podem adquirir a versão premium de forma gratuita ao comprovarem que exercem a profissão, assim é liberado acesso a todas as ferramentas da plataforma. Além disso, a área de educação permite que os usuários criem e diversos materiais pedagógicos para trabalhar em sala de aula, podendo incluir texto, imagem, som, vídeo e outros.

Figura 27 – Canva: Plataforma de Design Gráfico



Fonte: autoria própria.

Sabemos que no Brasil a realidade das escolas públicas é marcada pela falta de infraestrutura e por muitos percalços, pensando nisso a confecção de infográficos para o ensino local é um material de baixo custo, adaptável e acessível. Ainda que a professora não utilize o Datashow (projektor) ou computadores com os alunos, o material pode ser impresso e reaproveitado em diferentes turmas.

A linguagem usada para construção desse instrumento precisa ser voltada para o público-alvo, no meu caso são os alunos do 1º ano do ensino médio, mas é um produto que pode ser feito para outras séries ou ensino fundamental II. Aqui, o objetivo do infográfico é atender aos estudantes do sul do Amapá, para de forma interdisciplinar, estabelecer um processo de ensino-aprendizagem que valorize as comunidades tradicionais e demonstre aspectos históricos, econômicos e culturais de maneira a não deixar que o Vale do Jari fique as margens do “Grande Projeto Econômico”.

Assim, antes de iniciar a temática, conforme Nascimento (2018), é importante que seja realizado um levantamento dos conhecimentos prévios dos estudantes sobre o conteúdo referente ao Vale do Jari, isto é importante para identificar as ideias e percepções deles. A partir disso realiza-se um planejamento que desenvolva uma reflexão sobre o que o aluno conhecia antes e depois de interpretar e contextualizar os infográficos e as discussões que sucederam deste. Ao trazer uma ferramenta que retrate as diferentes faces da fronteira, também é possível abarcar uma representatividade, pois muitos alunos não se enxergam nos materiais didáticos que usam no cotidiano.

Para isso, elaborei para esta pesquisa um exemplo de infográfico que pode ser trabalhado no ensino médio, quando se aborda como viviam os primeiros habitantes no território que hoje corresponde ao Brasil. O infográfico é dividido em três (03) partes, a primeira aborda quem eram os povos que habitavam esta região, em seguida como contribuíram para o cultivo dos castanhais do sul do Amapá e por último é posto quais os povos indígenas vivem atualmente nesta região. Observar o infográfico na Figura 28.

Figura 28 – Primeiros habitantes da Amazônia.

PRIMEIROS HABITANTES DA AMAZÔNIA

Os Aruaque

A família linguística Aruaque surgiu na região da Amazônia Ocidental e, com o tempo, seus povos se espalharam por outras áreas do que hoje é o território brasileiro. Eles contribuíram para o desenvolvimento das primeiras vilas agrícolas. Ao se fixarem nas margens dos rios amazônicos, deixaram marcas culturais importantes, como seus estilos de habitação e cerâmica, estabeleceram comunidades organizadas e desenvolveram técnicas avançadas de manejo do ambiente. Além disso, criaram redes de troca e interação que cobriam vastas áreas. Essa presença também facilitou o intercâmbio de espécies vegetais, como a castanha-do-Pará.

Estudos mostram que muitos castanhais mesmo estando a milhares de quilômetros de distância entre si, são geneticamente iguais e têm aproximadamente a mesma idade. Isso indica que foram espalhados por ação humana, e não pela natureza, já que esse processo natural levaria milhares de anos.

O ouriço que contém as sementes das castanhas é muito duro, apenas humanos e cutias dispersam as castanhas. Assim, sem a intervenção humana seria sua dispersão seria limitada, até mesmo em áreas próximas. Por isso, a distribuição atual das castanheiras é resultado de práticas de manejo de povos indígenas, logo, os castanhais estão sempre associados a vestígios da ocupação indígena.



Atualmente, o município de Laranjal do Jari abrange duas Terras Indígenas: o povo indígena Wajãpi está na TI Wajãpi no Amapá, e os povos Tiriyó, Katxuyana, Aparai e Wayana vivem no Parque Indígena do Tumucumaque que abrange o Amapá e o Norte do Pará.

FONTES
 OLIVEIRA, Zenaida Teles de. "A castanheira, aqui, é a mãe castanheira": o extrativismo da Bertholletia Excelsa Na Resex Cajari-Amapá. Dissertação (Mestrado) – Museu Paraense Emílio Goeldi, Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural Belém, 2022.
 GILLOIS, Dominique Tikin. Terra Indígena Wajãpi: da demarcação às experiências de gestão territorial. São Paulo: Iepé, 2011.
 CLEMENT, Charles B.; DENNY, William M.; HENDERSON, Michael J.; JUNGCLAIR, André Braga; NEVES, Eduardo G.; TEIXEIRA, Wenceslau G.; WOODS, William L. A domesticação da Amazônia antes da conquista europeia. Royal Society, v. 282, ed. 1612, ago. 2015. <https://doi.org/10.1098/rspb.2015.0813>. Acesso em: 25 de jul. de 2015.

AUTORA: CLARINE SILVA

Fonte: Elaboração própria, 2025.

É importante para demonstrar aos alunos que antes da colonização, da implantação de empresas existi/existiu uma diversidade de formas de viver neste espaço. Vale ressaltar que o infográfico é uma fonte com informações organizadas e resumidas, cabe ao professor(a) a análise e discussão junto com os estudantes, e após este momento a inclusão de uma reflexão de que forma os castanhais são usados hoje em dia e por quem, qual sua importância histórica, econômica e cultural para os habitantes do Vale do Jari.

Além de produzir um infográfico sobre os povos indígenas que habitam e que já habitavam esta região antes dos primeiros povoados. Também podem ser elaborados infográficos que tratem das relações sociais, culturais e econômicas antes e depois da presença da Jari Celulose utilizando como referência o processo descrito nos capítulos anteriores, traçando uma linha do tempo. Estas duas dimensões trariam à tona várias discussões a respeito do meio ambiente, da formação das cidades, dos direitos humanos, entre outros, caberia ao professor(a) decidir a temática e a forma adequada de trabalhar com os estudantes dentro da sua disciplina ou de maneira interdisciplinar.

A proposta principal é que o professor elabore aos menos dois infográficos com o antes e o depois, para estabelecer com os alunos uma comparação que problematize a atualidade, além de proporcionar uma outra forma de contar a história de Laranjal. Dentre os temas, ao falar do Projeto Jari também é essencial que a luta e resistência das comunidades tradicionais seja destacada. Contudo, todos esses elementos formariam um material didático-pedagógico eficaz para o ensino local de Laranjal do Jari e do Vale do Jari, que agregassem na construção da identidade, cidadania e consciência histórica dos estudantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Vale do Jari fica localizado na fronteira Amapá-Pará que compreende o município de Laranjal do Jari/AP e o distrito de Monte Dourado/PA, o que separa os dois Estados do Norte do Brasil é o Rio Jari. Este foi o marco físico definido pelo poder estatal para demarcar os limites naquele espaço. Em sua maioria, as populações que viveram ali e ainda vivem tiram o seu sustento do extrativismo, seja da castanha, do látex ou da celulose. Inicialmente, temos nessa região uma intensa migração nordestina para trabalhar com a indústria da borracha, nesse cenário se destacou o coronel José Júlio de Andrade.

Com o uso da força política e da violência física para o cumprimento das atividades extrativistas pelos trabalhadores migrantes ou nativos, o coronel modificou o modo de vida ali presente, moldando o extrativismo para o viés do capital, transformando esta prática em uma empresa. Desde então, o lucro pela exploração das terras e as posses das propriedades deste território passaram a pertencer a um único grupo dominante, o que acontece até os dias de hoje devido a falta de regularização fundiária nessa fronteira e o apoio do Estado aos projetos econômicos.

A concentração de terras sob o domínio de poucos não é algo novo, ocorre em todo o país, surgindo principalmente em períodos de ditadura no Brasil. Este domínio perpassa a Empresa Jari de José Júlio até a empresa Jari Celulose de Daniel Ludwig, e atualmente a dos brasileiros. Este fato, autores apontam que isto acarreta na dificuldade de implementação de políticas governamentais na região. No entanto, ao transformar várias regiões em Territórios Federais ao longo da primeira metade do século XX, como é o caso do TFA, o governo justificou essas mudanças como cruciais para proteção da nação, já que estas áreas eram sub-regiões fronteiriças internacionais.

Ao alegar que estes locais eram “vazios demográficos”, por contarem com uma baixa densidade demográfica, um intenso isolamento geográfico, e uma precária infraestrutura, serviriam aos objetivos estatais sendo utilizadas para a garantia da presença do governo em regiões afastadas através da criação de condições jurídicas e econômicas como mecanismos para a reorganização dessas porções do espaço brasileiro. Surgindo assim, políticas econômicas e de colonização que asseguravam apenas a presença simbólica do Estado, visto que as comunidades locais e migrantes não eram assistidos pelo Poder Público.

Com isso, o processo de formação da fronteira entre o Amapá e o Pará nasce antes da chegada do Projeto Jari. Por meio de uma política que desmembrou uma parte do Pará e transformou em Território Federal do Amapá. Burocraticamente e legalmente o limite

precisou ser estabelecido, por isso o registro das terras pela empresa nos dois lados da fronteira. Entretanto, as relações socioeconômicas permaneceram inalteradas. Considerando que as pessoas continuavam a circular pela fronteira, não havia uma barreira física que impedisse a entrada de pessoas em ambos os lados.

Todavia, mesmo diante de uma situação fundiária caótica e concentradora, causada por essas políticas, das relações de aviação e da violência ali estabelecida. As populações do Vale do Jari permaneceram resistindo, embora em um espaço legalizado para as empresas do José Júlio, processo facilitado pelo Estado. Ainda assim, os extrativistas conquistaram uma série de avanços e lutas. Contudo, estas comunidades continuaram a enfrentar obstáculos para continuar ocupando e vivendo naquele espaço, principalmente com a implementação do Projeto Jari.

Com a ditadura militar-empresarial o discurso sobre a Amazônia ganha uma nova dimensão, de “Inferno Verde” ela passa a ser vista como “El Dourado”. Um lugar oportuno para exploração de recursos e riquezas, mas que para muitos significava apenas uma melhor condição de vida. Desse modo, na segunda metade do século XX temos no Vale do Jari um grande incentivo para migração, especialmente nordestina, para trabalhar no grande projeto econômico que visava o extrativismo da celulose. Agora, as terras passam a pertencer ao empresário Daniel Ludwig, novamente não se leva em consideração as comunidades e povos que ali já viviam.

Portanto, a vida das pessoas que já era afetada pelas práticas do José Júlio e pela política que visava a ocupação da Amazônia, o que formou uma fronteira simbólica com a criação do Território Federal do Amapá, em 1943. Passa agora, a ser diretamente impactada pela administração de Ludwig dessas terras, a partir de 1967. Logo, se antes não havia alteração nas dinâmicas fronteiriças, nesse momento as relações socioeconômicas mudam e até a circulação livremente das comunidades neste espaço começa a ser interrompida, impedindo a mobilidade no Rio Jari.

O Projeto Jari tem uma participação significativa na formação e ocupação do Vale do Jari, também contribuiu fortemente para uma fronteira social nesta região, em que se levantou uma barreira simbólica entre a população de Monte Dourado e a do Beiradão. Criando-se então uma polaridade, do lado esquerdo do rio temos uma cidade “civilizada” e do lado direito somente desordem, criminalidade, prostituição e insalubridade. No entanto, a cidade nos moldes estadunidenses representa aqui a política de modernização da Amazônia, a qual defende o desenvolvimento do país às custas da exploração da natureza e dos trabalhadores, e da obliteração das comunidades tradicionais. A exploração

apenas extrai e não repõe, logo, com o fim do apoio governamental a Jari Celulose não pode se manter e não restituiu a região, deixando MTD desamparado e descuidado até os dias de hoje.

Enquanto isso, as populações que viviam no Beiradão não contavam com o amparo do Poder Público, ainda que a fronteira tenha surgido para que o Estado demarcasse sua presença nas regiões mais distantes do centro. Ainda assim, mesmo com a falta de saneamento básico, a negligência do governo e a violência sofrida por parte da empresa, que não desejava os migrantes e nativos naquele território. Estes resistiram e lutaram por melhores condições de vida, prosperando e crescendo junto com espaço que passou a ser chamado Laranjal do Jari.

Não obstante, além dos problemas fundiários que o projeto deixou, ao instaurar o modelo de civilização a ser seguido, tornando o que era diferente mal visto e “atrasado”, perpetuou a ideia nos meios de comunicação e no imaginário das pessoas de que o Beiradão era a maior favela fluvial do mundo. Embora, a realidade no município tenha mudado ao longo dos anos, ainda é um estereótipo presente no cotidiano e na sala de aula.

Pensado nisso, o uso de infográficos é apontado aqui como uma solução ao ensino local nas diferentes áreas das ciências humanas, pois traria significativas contribuições ao abordar diferentes ópticas sobre a história do lado amapaense, promovendo a problematização e reflexão sobre o tema estudado nas escolas de Educação Básica do Amapá.

Por fim, esta dissertação inova em termos de originalidade, ao trabalhar sobre a Fronteira nesta área, contribuindo ao programa de pós-graduação ao explorar as relações fronteiriças entre Amapá e Pará, além de fornecer novos horizontes para a fronteira ao sul do estado, revela a importância de didatizar conteúdos através de infográficos para trazer a tona uma parte da história que segue sendo invisibilizada na maioria, se não em todos, os materiais que contam a história que atravessa e permeia o Rio Jari.

6. REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verana. **Manual de História Oral**. 2. ed. Rev e atual. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

AMAPÁ, **Conselho Estadual de Educação**, Resolução nº 56/2015.

BARROS, José D'Assunção. **História Serial, História Quantitativa e História Demográfica: uma breve reflexão crítica**. Revista de C. Humanas, vol. 11, n. 1, jan./jun. 2011, pp. 163-172.

BARTH, F. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. In: BARTH, F. O guru, o iniciador. Contra Capa Livraria, Rio de Janeiro, 2000, p. 25-68.

BERCOVICI, Gilberto. **A Questão Agrária na Era Vargas (1930-1964). História do Direito**: RHD. Curitiba, v.1, n.1, p. 183-226, jul-dez de 2020.

BERGAMINI, Guilherme. **Beiradão: a margem do Projeto Jari**. Disponível em: <http://guilhermebergamini.com/laranjal-do-jari/>. 2007.

BITTENCOURT, Circe. **Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História**. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). O saber histórico na sala de aula. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 1998.

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas**. Censo Demográfico, 2022.

BRASIL, **PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Nacionais**. Brasília-MEC, 2002.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia/Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11052004-103058/pt-br.php>>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição, 1990.

CAMARGO, Maria Luíza Gutierrez de. **O latifúndio do Projeto Jari e a propriedade da terra na Amazônia brasileira**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, São Paulo, 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: Expansão do capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2a edição, 1978.

CARVALHO, André Cutrim. **Fronteiras e Instituições Econômicas no Brasil: uma abordagem centrada no novo institucionalismo econômico**. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg. 19 (1), Jan-Apr 2017.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. In: **Revista Estudos avançados**, São Paulo, no 11(5), p.173-191, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010>. Acesso em: 17 de setembro de 2023.

CLARETO, Sônia Maria. **Terceiras margens: um estudo etnomatemáticos de espacialidades em Laranjal do Jari (Amapá)**. Tese (Doutorado em Educação Etnomatemática, orientada pelo Prof. Dr. Ubiratan D’Ambrósio). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro – SP. 2003.

CLEMENT, Charles R.; DENEVAN, William M.; HECKENBERGER, Michael J.; JUNQUEIRA, André Braga; NEVES, Eduardo G.; TEIXEIRA, Wenceslau G.; WOODS, William I. **A domesticação da Amazônia antes da conquista europeia**. Royal Society, v. 282, ed. 1812, ago. 2015. <https://doi.org/10.1098/rspb.2015.0813>. Acesso em: 25 de jul. de 2015.

FERREIRA, Regina Célis Martins. **Cidade de Laranjal do Jari: expansão urbana, planejamento e políticas públicas**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, orientada pelo Prof. Dr. José Alberto Tostes). Universidade Federal do Amapá – Macapá, 2008.

FILOCREÃO, A. S. M. **Agro extrativismo e capitalismo na Amazônia - as transformações recentes no agro extrativismo do sul do Amapá**. 2007. Tese - Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental - Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Universidade Federal do Pará. 2007.

FILOCREÃO, A. S. M. et al. **Extrativismo e capitalismo: a manutenção, funcionamento e reprodução da economia extrativista do sul do Amapá**. 1992.

FILOCREÃO, A. S. M. **Os produtores e a produção extrativista do Sul do Amapá. Extrativismo e Capitalismo na Amazônia: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá**. Macapá: GEA/SEMA, 2002.

FRANCHI, Tássio. **Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical: o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FURET, François. **O quantitativo em história**. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, pp. 49-63.

GALLOIS, Dominique Tilkin. **Terra Indígena Wajãpi: da demarcação às experiências de gestão territorial**. São Paulo: Iepé, 2011.

GREISSING, Anna. **A Região do Jari, do extrativismo ao agronegócio: as contradições do desenvolvimento econômico na Amazônia Florestal no exemplo do Projeto Jari**. Revista de Estudos Universitários da Universidade de Sorocaba, 2011, 36(3), pp.20-37. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00560647>. Acesso em 05 nov. 2022.

HEITE, Catrin; POMEY, Marion; SPELLENBERG, Charlotte. **Práticas de inclusão e exclusão como constituição de fronteiras**. Dossiê: Disciplinas e Profissões em Debate. Civitas, Rev. Ciênc. Soc. 13 (3), Sep-Dec 2013.

Histórico do Município de Laranjal do Jari. IN: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=160027&search=amapa|laranjal-do-jari|infograficos:-historico>. Acesso em 05 de nov. de 2022.

KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 91–109, 2009. DOI:10.1590/S0101-47142009000200007. Disponível em: <https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/5516>. Acesso em: 25 jul. 2025.

LINS, C. **Jari 70 anos de história**. Rio de Janeiro: Dataforma, 1991. Lisboa, Editorial Pórtico, 1972.

LOBATO, Valéria Macedo. **Influência da vegetação no padrão de sedimentos transportados pelo Rio Jari-AP**. Monografia (Graduação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, 2017.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. **A questão fundiária na Amazônia**. Dossiê Amazônia Brasileira II. Estud. av. 19 (54), Ago 2005.

MARTINS, José de Souza [1971]. **Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica**. Estudos Históricos, Marília, n. 10, p. 33-41, 1971.

MARTINS, José de Souza [1975]. **Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica**. In: _____. Capitalismo e tradicionalismo no Brasil: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Ed. Pioneira, 1975. cap. 3, p. 43-50.

MARTINS, José de Souza [1997]. **O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. In: _____. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec: FFLCH/USP, 1997. p. 145-203.

MARTINS, José de Souza [2009]. **O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. In: _____. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. 2. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Contexto, 2009. p. 131-179.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. **Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970**. 2018. 258 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **“Cultura Política e ditadura: um debate teórico e historiográfico”**. Tempo e Argumento, vol. 10, n. 23, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NASCIMENTO, Marília Pantoja do. **Laranjal do Jari: uma proposta para a escrita de livros didáticos e ensino de história local no Amapá**. Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. Macapá-AP, 2018.

NASCIMENTO, Marília Pantoja do. **Nas fronteiras do Jari: relações entre os estados do Pará e do Amapá e a formação do Município de Laranjal do Jari**. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; CAVLAK, Iuri; NORONHA, Andrius E. **Faces da fronteira: entre histórias e espaços, encontros e desencontros**. Macapá, EDUNIFAP, 2018. V. 3. p. 75-95.

NASCIMENTO, Marília Pantoja do; NORONHA, Andrius Estevam. **A “maior favela fluvial do mundo” nos materiais didáticos de História do Amapá: o ensino da história local do Município Laranjal do Jari (Amazônia Brasileira)**. *Fronteiras & Debates*: Macapá, v. 5, n. 1, jan./jun. 2018

NOLASCO, Edgar César. **Perto do Coração Selvagem da crítica Fronteriza**. *Cadernos de estudos culturais, Campo Grande, MS*, v. 4, n. 7, p. 35 – 51, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, Zenaide Teles de. **“A castanheira, aqui, é a mãe castanheira”: o extrativismo da Bertholletia Excelsa Na Resex Cajari-Amapá**. Dissertação (Mestrado) – Museu Paraense Emílio Goeldi, Programa de Pós-Graduação em Diversidade sociocultural Belém, 2022.

Oral history: how it was born. In: DUNAWAY, D. K.; BAUM, Willa K. (Ed.). **Oral history: an interdisciplinary anthology**. Nashville: American Association for State and Local History, 1985.

PAULA, Jania Maria de. **O mito do vazio demográfico amazônico e as tentativas para implantação de colônias de imigração**. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 5, 2022.

PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: contexto, 2009.

PINTO, Jefferson Costa. **Beiradão: Histórias e Encantos**. Editora Tarso, 2014.

Plano Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Amapá – PDIFF/AP, 2025. Disponível em: < <https://www2.unifap.br/pdiffamapa/> >. Acesso em: 25 de jul. de 2025.

RANGEL, K. S. **Modo de vida e território na reserva extrativista do Rio Cajari (Amapá)**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. REMATEC, ano 13, n. 29, 2018.

RANGEL, K. S.; LOMBA, R. M. **Reserva Extrativista do Rio Cajari: modo de vida, trabalho familiar e histórico de criação no contexto da organização política do movimento seringueiro**. Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia, 2012.

SILVA, Clarine Thays Barbosa da; FEITOSA, José Willian da Silva. **O morrer na Amazônia do século XX: as condições de vida no Rio Maracá (1929-1940)**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Amapá, 2023.

SILVA, Francineia Pimenta e. **O ENEM e o ensino de História: o lugar da história local no ensino médio**. São Luís, 2017.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitação ao conceito de campesinato no Brasil**. Revista NERA: Goiás, v. 22, n. 50, 2019, pp. 40-63.

SOCIOLOGIAS, Comissão Editorial; DE MÉLO, José Luiz Bica. **A fronteira dos desencontros - "Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano."**

MARTINS, José de Souza. **Sociologias**, [S. l.], v. 3, n. 5, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5737>. Acesso em: 21 jul. 2024.

TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. **A demografia numa perspectiva histórica: a produção da ABEP – 1978/1998**. SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Historiografia brasileira em debate: olhares, recortes e tendências*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002, pp. 127-163.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

ZECA, B. G. **Análise Historiográfica da “Modernização Autoritária e Conservadora” e sua Relação com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento**. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 5, n. 13, p. 155–162, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.4474261. Disponível em:

<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/233>. Acesso em: 15 jun. 2024.